

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA - UFV

PRODUTO EDUCACIONAL



**ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR
UNIVERSIDADE DO MOVIMENTO POPULAR**

Colônia Vaz de melo, Zona Rural de Viçosa-MG
CEP: 36570-000 - Rodovia MG 482

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO



**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

JOSÉ GABRIEL BARBOSA LOPES

PRODUTO EDUCACIONAL

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA UNIVERSIDADE POPULAR

Orientadora: Fernanda Maria C. de Andrade

Coorientadores: Thaís Almeida C. Fernandez
Márcio Gomes da Silva

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023

UNIVERSIDADE DO MOVIMENTO POPULAR!

“A ENEP que traz a universidade em gestação, de caráter popular. Não quer inventar a roda, só o jeito de rodar”.

“Há várias experiências, Florestan é inspiração. Com a emancipação da consciência, com o volante na mão da classe trabalhadora”.

“A raiz dessa utopia não é coisa de agora, é projeto anterior à exploração antiquada. Que ensaia sua partilha na Comunidade Eclesial de Base, na teologia da libertação”.

“Em toda luta e resistência contra a opressão de classe. Em cada povo que ouse ser nação soberana, para deixar de ser salário e ser sal do mundo inteiro”.

Antônio Claret Fernandes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 ORIGEM E TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO POPULAR DA ENEP.....	12
3 MISSÃO PEDAGÓGICA DA UNIVERSIDADE POPULAR	32
4 ORGANICIDADE E AUTOSSUSTENTAÇÃO.....	38
5 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	45
6 MÉTODOS.....	50
7 SUJEITOS	55
8 ESTRUTURA FÍSICA.....	57
9 CARÁTER, MODALIDADES E CERTIFICAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO	63
10 PLANO DE AÇÕES	68
REFERÊNCIAS	76

APRESENTAÇÃO

Este produto educacional é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada “Escola Nacional de Energia Popular (ENEP): gestação do Programa de Formação da Universidade Popular”. Para nós é uma satisfação disponibilizarmos esse material educativo construído - em diálogo com os movimentos sociais - no formato de Projeto Político-Pedagógico, que é um dos frutos da nossa pesquisa colaborativa e representa um passo importante rumo a consolidação da Universidade do Movimento Popular.

Todavia, é importante lembrar que a construção do PPP é um processo dinâmico de ação e reflexão que não se reduz à simples confecção de um documento para fins institucionais. Como processo em movimento, jamais poderá ser acabado, “engessado” ou concluído. Se faz, se refaz e se concretiza no decorrer da caminhada de sujeitos reais, acompanhando os processos dinâmicos das lutas sociais e as demandas formativas que emanam da realidade material das classes populares (VEIGA, 2002).

A elaboração do PPP como produto educacional foi a forma que encontramos de registrar e disseminar os saberes e as informações centrais que produzimos/sistematizamos ao longo da pesquisa colaborativa. A estruturação do documento foi, ainda, a forma que encontramos de atender com o nosso estudo à uma demanda pedagógica prioritária da ENEP, vista como fundamental para a consolidação da Universidade Popular. Quanto aos conteúdos do documento, podemos encontrar os temas, métodos, saberes e fazeres da ENEP vinculados à Educação Popular e associados à concepção socialista da sociedade, que poderão auxiliar educadoras/es comprometidas/os com a emancipação de consciência das classes populares.

Além de auxiliar educadoras/es em suas práticas de ensino apresentando propostas de metodologias ativas e populares, o material apresenta - para a discussão técnica, política e cultural - questões e problemáticas ambientais atuais que emergem das condições materiais do povo e possibilitam o ensino de Ciências da Natureza contextualizado. Ademais, o documento elaborado serve de inspiração para a elaboração colaborativa e a adequação de Projetos Político-Pedagógicos de escolas e de outros espaços educativos não escolares.

1. INTRODUÇÃO

A Escola Nacional de Energia Popular (ENEP) é um espaço de formação e produção de pesquisa conduzido por movimentos sociais¹, que busca se consolidar como Universidade Popular. Para tanto, tendo como horizonte a formação de pessoas emancipadas de consciência, desenvolve experiências de formação de trabalhadoras/es em temas e conteúdos diversos que emergem da realidade concreta do povo, fundamentadas no trabalho socializado como processo formativo e em práticas pedagógicas da Educação Popular.

A Educação Popular caracteriza-se como concepção/prática educacional emancipatória, nascida e consolidada no seio dos movimentos populares, a partir da interpretação crítica das relações de opressão/exploração produzidas pela sociedade capitalista. Compreende-se que a Educação Popular emerge com a intencionalidade de superação dessas contradições, mediante a promoção de espaços de “inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora”. Tais espaços são desenvolvidos por meio do diálogo horizontal, da problematização, da ação prática e da reflexão dos homens e mulheres sobre o mundo na perspectiva de transformá-lo (FREIRE, 2014, p. 54).

Em diálogo com Gohn (2009), compreendemos que os espaços educativos populares no contexto da formação a partir dos movimentos sociais em geral não se enquadram no atual sistema educacional, não sendo regulados nem regimentados pelos órgãos da educação formal. De modo geral, são espaços localizados nos territórios das classes populares, onde ocorrem processos interativos e formativos intencionais com conteúdos e métodos próprios, que surgem da problematização das condições materiais e das práticas culturais dos povos.

Podemos compreender a educação formal como aquela desenvolvida nos espaços institucionais de educação básica e superior (escolas, faculdades, universidades), mediante o ensino - por meio de métodos convencionais - de conteúdos historicamente sistematizados e previamente demarcados. Em geral capacita as pessoas para entrarem no mercado de trabalho (GOHN, 2009).

Na contracorrente da história, no âmbito de atuação dos movimentos sociais, a Educação Popular se consolida como concepção político-pedagógica na formação dos oprimidos, na

¹ Os movimentos sociais são organizações que “apontam outra racionalidade, outros modelos societários e outras orientações culturais conflitantes com as normas e valores estabelecidos” na sociedade capitalista (ARROYO, 2003, p. 42). Os movimentos emergem onde há direitos coletivos não garantidos, violados ou ameaçados. Nesse sentido, “enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos” (GOHN, 1997, p. 19-20).

sociedade de classes; representando todos os esforços de mobilização, organização e qualificação (política, técnica e cultural) que preparam as classes populares para o exercício do poder. Sua missão é devolver a voz ao povo e transformá-lo em agente político capaz de determinar seu destino e o destino da sociedade. Desse modo, não se subordina às diretrizes engessadas de um currículo do sistema educacional formal. Tem como centro à formação humanista e emancipatória dos sujeitos (CEPIS, 2008).

Desde 2015, data de sua fundação, buscando se consolidar enquanto Universidade Popular, a ENEP desenvolve tecnologias sociais² e diversas experiências de formação popular em Agroecologia; Terapias Naturais; Realidade Brasileira; Artesanato em Bambuí; Teologia Popular; Lideranças Políticas, dentre outros temas de interesse do povo e dos movimentos populares que conduzem o espaço. Localizada na Colônia Vaz de Melo, zona rural de Viçosa-MG, a escola promove formações em cursos (livres e de extensão), oficinas, vivências, seminários, mutirões, dentre outras experiências formativas que visam elevar o nível de conhecimento, de autonomia e de consciência política da classe popular, a fim de contribuir para a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, sem nenhum tipo de exploração ou de opressão.

A importância da estruturação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) para a gestão democrática, coerente e eficiente da Universidade Popular antecede a qualquer decisão política ou exigência institucional (para o reconhecimento dos cursos), considerando que todos os sujeitos que conduzem seus processos formativos devem ter em mente o horizonte que se pretende alcançar com o Programa de Formação humana promovido pelo espaço, seja no âmbito técnico, político ou cultural. Caso contrário, não estariam exercendo o papel de educar/formar, mas simplesmente de “aventureiros da educação” que não possuem entendimento do caminho a seguir (FICAGNA, 2009).

Para Veiga (2002), o PPP é a ferramenta central de orientação do trabalho pedagógico, que mostra o que deve ser feito, de que forma, quando, por quem, para chegar a que resultados. Desse modo, trata-se de um documento de suma importância que deverá organizar e orientar as ações pedagógicas e organizativas da Universidade Popular, através de decisões democráticas e consolidadas com o propósito de promover a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de transformar as condições em que vivem.

² As Tecnologias Sociais são técnicas ou construções coletivas que visam a resolução de problemas socioambientais cotidianos e a inclusão social dos sujeitos envolvidos, possibilitando o desenvolvimento sustentável e a transformação social (ANDRADE e VALADÃO, 2017).

De acordo com Filho et al. (2017), há registros que indicam que a ideia de Universidade Popular pode ter sido concebida por pedagogos da Dinamarca, em meados do século XIX. Tal proposta se referia a fundação de escolas livres de educação superior direcionadas às classes sociais excluídas pela universidade europeia da época, que era dominada pela elite.

A expressão popular vem do latim (*populus*) e se refere ao povo. Embora seja utilizada pelo senso comum para representar práticas ou projetos considerados de qualidade inferior, no contexto da luta social a expressão é empregada com significado diferente, identificando ações e propostas comprometidas com a emancipação das classes populares. Com relação à educação superior, um dos elementos fundamentais do caráter popular se refere às condições concretas de inclusão, na universidade, das classes que historicamente dela foram excluídas (FILHO et al, 2017).

Recentemente o conceito de Universidade Popular tem sido recuperado pela Universidade Popular de Caen, fundada por Michel Onfray, pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e pela Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS). A Universidade de Onfray é uma proposta de educação que busca ser acessível a todos os cidadãos e faz crítica ao ensino elitista de filosofia. Propõe uma filosofia mais popular e democrática, que esteja com o povo e a serviço dele. Enfatiza a pedagogia libertadora, contrária a educação autoritária e opressora. Desse modo, trata-se de experiência a ser compartilhada por todas/os que acreditam no potencial democrático e transformador da filosofia na sociedade em que vivemos (VICTOR e GOMEZ, 2013).

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada em Guararema - SP, foi construída pela classe trabalhadora com o intuito de oportunizar a formação política dos movimentos sociais. A escola é coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e promove experiências de formação em diversos temas vinculados à luta popular, como questão agrária, marxismo, agroecologia, feminismo, igualdade racial e diversidade. Seus processos formativos buscam possibilitar que a classe trabalhadora possa se emancipar e se libertar, construindo seu próprio projeto de nação. Participam da escola: militantes, dirigentes, educadoras/es, intelectuais e lideranças de organizações populares que lutam por mudanças sociais em diversos países, estudando a fundo clássicos da teoria política nacional e internacional. A ENFF realiza, ainda, convênios com instituições formais de ensino superior para permitir que militantes dos movimentos populares possam ter diplomas de graduação e de pós-graduação reconhecidos (PIZETTA, 2007).

A Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) surgiu no Fórum Social Mundial (FSM) de 2003, que é espaço de encontro e intercâmbio dos movimentos e

organizações sociais. Trata-se de ambiente de formação intercultural e interpolítica, que visa potencializar o conhecimento recíproco entre os movimentos sociais e fortalecer ações coletivas conjuntas. Trata-se de um espaço democrático de troca de saberes, aprofundamento do debate coletivo de ideias e da reflexão crítica. Destina-se a militantes dos movimentos sociais, engajados na luta pela transformação social progressista (BENZAQUEN, 2012).

A concepção de Universidade Popular presente no contexto de formação da ENEP encontra-se ainda distante do que vemos acontecer hoje em universidades públicas formais que promovem ações e atividades ‘participativas’ estendidas às camadas populares. Trata-se, na verdade, de uma inversão radical, na qual os programas de extensão - ao invés de priorizarem os interesses de empresas ambiciosas do setor privado - devem ter como prioridade central os interesses da classe popular. Nesse sentido, além de garantirem a participação do povo, devem colocar a universidade a serviço da sua emancipação (ENEP, 2022).

Para isso, é necessário que o fundamento de qualquer programa de formação e extensão cultural esteja articulado aos projetos de transformação da vida pensados e vivenciados pelos agentes e movimentos populares. Paralelamente, acreditamos que é necessário expandir o conhecimento para além dos muros dos espaços formais de ensino, mediante o desenvolvimento de experiências de formação capazes de promover a educação contextualizada; relacionada ao contexto histórico e cultural onde é produzida e aos sujeitos que a produzem (BRANDÃO, 2014).

A ENEP é uma dessas experiências, entre muitas outras que podemos imaginar, que compreende que não basta apenas a divulgação do conhecimento acadêmico/científico entre as classes populares. É necessário que o povo organizado seja o protagonista dos seus processos formativos, na interação permanente entre os saberes populares, os científicos e os conhecimentos nascidos nas lutas sociais. Para o Movimento dos Atingidos por Barragens³ - MAB (2022), - que compõe o grupo de organizações coordenadoras da ENEP - a condição central para que um espaço formativo seja de fato popular “é o seu volante estar nas mãos dos movimentos populares e a sua formação contribuir com a emancipação de consciência do povo”, tendo como horizonte a construção de uma nova ordem social.

³ O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surgiu na década de 1980, por meio de experiências de organização popular, resistindo e reagindo aos impactos socioambientais causados na implantação de usinas hidrelétricas. Mais tarde, se transformou em organização nacional e além de fazer a luta pelos direitos das/os atingidas/os passou a reivindicar um Projeto Energético Popular para transformar pela raiz as estruturas injustas da sociedade. O MAB é definido como um movimento social de caráter nacional, autônomo, de massa e de luta, com participação e protagonismo coletivo em todos os níveis (MAB, 2019).

Se por um lado há um sistema educacional formal que precisa urgentemente avançar no sentido de formar agentes transformadoras/es das estruturas injustas da sociedade, por outro lado, observa-se no contexto de atuação dos movimentos sociais a consolidação de espaços formativos populares comprometidos com a justiça social e com os desafios socioambientais enfrentados pelo povo.

De acordo com seus fundadores, o fator determinante para a implantação da ENEP - como semente cultivada pelos movimentos sociais para germinar e se tornar Universidade Popular - refere-se ao abismo entre as universidades públicas formais e as classes populares, percebido pelo fato de jovens da classe trabalhadora de Viçosa, Porto Firme, Piranga, dentre outras cidades 'encostadas' na Universidade Federal de Viçosa (UFV), não terem acesso à educação superior pública (MEPE, 2016). A percepção dos movimentos sociais fundadores da ENEP quanto à contradição apresentada, é de que as universidades públicas e gratuitas do Brasil são frequentadas principalmente pelas classes de maior rendimento e, portanto, os mais pobres estariam financiando os mais ricos e os seus interesses.

Durante 12 anos, entre 2003 e 2014, o Estado brasileiro desenvolveu amplo projeto de democratização e expansão do ensino superior no país, através da Lei de Cotas e da criação de diversas universidades e institutos federais. Este projeto buscou especialmente ampliar o acesso de jovens negras/os, indígenas e de classes sociais pobres, tendo como meta reverter a lógica em que estudar na universidade é privilégio exclusivo das elites (TUGNY e GONÇALVES, 2020).

Todavia, no período entre 2019 e 2022, presenciamos grave retrocesso com relação à democratização do acesso à universidade pública em nosso país. Tal retrocesso pôde ser observado pela redução de recursos destinados às instituições federais de ensino (que incidiu em redução de recursos para a assistência estudantil, que garante a permanência dos estudantes de classes populares na universidade) e por meio da campanha empreendida pelo Poder Executivo, que buscou desqualificar as universidades públicas e intervir em suas estruturas de gestão democrática, a fim de colocar a educação pública à mercê de interesses privados da elite econômica (TUGNY e GONÇALVES, 2020).

A educação na sociedade de classes é uma disputa de hegemonia⁴. Uma classe tem hegemonia sobre outra classe quando desempenha sobre ela algum processo de comando no

⁴ Trata-se da direção/dominação política e cultural de um grupo social sobre outro - em situação de subordinação - por meio da indução (através de estruturas ideológicas e jurídicas) de seus valores e de sua concepção de mundo, estando esta em contradição com a emancipação do grupo dirigido. Para Gramsci esta concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, consolidando o modo de pensar e agir das classes dominantes no mundo, que é incorporado pelas classes sociais subalternas na

plano cultural, político e ideológico. Para assegurar sua hegemonia, a classe dominante busca manter, estrategicamente, o controle sobre a educação, considerando que por meio dela se interioriza valores e constrói sujeitos domesticados ou críticos (CEPIS, 2008).

Nesse sentido, enquanto houver sociedade de classes não haverá educação a favor de todos. Será sempre a favor de alguém e contra alguém, servindo para a pessoa se acomodar ao mundo ou se envolver na transformação de suas estruturas injustas. Ao ser educação conservadora, se coloca a serviço de grupos que ganham com a manutenção da dominação/exploração. Ao ser libertadora, aponta para uma sociedade livre da opressão (CEPIS, 2008).

Considera-se que a universidade pública constitui uma conquista da sociedade democrática quanto ao direito constitucional à educação. Todavia, para as organizações populares fundadoras da ENEP, a universidade pública brasileira tem um caráter de classe determinado, que é o das classes dominantes. Por conseguinte, além de excluir as classes populares, se coloca a serviço de grandes empresas do setor privado que lucram com a manutenção da dominação. Em geral, forma bons profissionais do ponto de vista técnico, mas no âmbito político, acaba treinando passivos sujeitos para se tornarem força de trabalho a ser vendida/explorada no mercado, alimentando a engrenagem do capital (GARE, 2022).

Na perspectiva da classe dominante, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 2010, p. 28).

Considera-se, com base no pensamento marxista, que essa lógica contraditória de apropriação privada do trabalho social encontra-se na base de sustentação do capitalismo, que mesmo sem resolver os inúmeros problemas da sociedade, convence o povo de que não há alternativa de vida, fora desse sistema (CEPIS, 2008).

Diante do exposto, pressupomos a real viabilidade de uma universidade cumprir sua função social de responder às necessidades de seu tempo a partir das diversas demandas concretas das classes populares: ser Universidade Popular. Observa-se que a universidade do tempo atual não atende aos interesses da maioria da população brasileira, portanto, lutamos para construir efetivamente uma nova Universidade, uma nova cultura, um novo projeto de ciência e uma nova sociedade.

O presente documento apresenta a sistematização dos elementos político-pedagógicos centrais que emergem da trajetória de formação popular da ENEP e que, por conseguinte, constituem o Programa de Formação da Universidade Popular. Tais elementos foram reconhecidos coletivamente através de Rodas de Conversa, entrevistas às organizações populares que coordenam a ENEP e Círculos Epistemológicos (abertos a todos os sujeitos que participam da escola), que são métodos de pesquisa colaborativa inspirados no Círculo de Cultura de Paulo Freire⁵. Os instrumentos de pesquisa supracitados possibilitaram que os sujeitos que protagonizam os diversos processos formativos da ENEP pudessem reconhecer coletivamente e democraticamente os temas, conteúdos programáticos e métodos que devem compor o Programa de Formação da Universidade Popular, bem como elaborar propostas de ações concretas para a sua consolidação.

Vale destacar que os processos coletivos de reconhecimento dos elementos político-pedagógicos que compõe este documento ocorreram em espaços democráticos de diálogo já criados pela ENEP para a sua autogestão. Um desses espaços é o coletivo amplo de coordenação composto por organizações populares, que se reúne mensalmente para a socialização de informações referentes aos diversos processos formativos promovidos pela escola. Trata-se de espaço de formação política e partilha de saberes (populares, culturais e científicos) entre os movimentos sociais.

O outro espaço é o Grupo de Estudo⁶, que foi criado pela ENEP com o objetivo específico de pensar coletivamente a proposta pedagógica da Universidade Popular. Na construção do PPP, o Grupo de Estudo contribuiu no planejamento e nas mediações dos processos de produção e levantamento dos dados que compõe o documento. Isto se deu em uma dinâmica de diálogo e articulação com o coletivo de movimentos sociais coordenadores da ENEP, para que os fluxos de informação favorecessem tomadas de decisões de forma coletiva e democrática, condizentes com os princípios da escola.

Com base nos elementos estruturantes estabelecidos coletivamente para compor o PPP, organizou-se a dinâmica de apresentação dos conteúdos aqui sistematizados em 10 capítulos, a saber: 1) Origem da ENEP/Universidade Popular; 2) Acompanhamento dos processos formativos; 3) Missão da Universidade Popular; 4) Organicidade e autossustentação; 5)

⁵ Segundo Freire (1987), o Círculo de Cultura era uma experiência educativa realizada em grupo, em que se reuniam cerca de vinte pessoas para debaterem temas geradores de interesse do coletivo. As temáticas discutidas eram levantadas pelo grupo e cabia ao educador (a) mediar o espaço, que era fundamentado na problematização e em princípios como diálogo horizontal, liberdade, autonomia e reflexão crítica.

⁶ Esse grupo - que atualmente passa a ser denominado Coletivo Paulo Freire - é composto por professoras/es e estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e militantes de movimentos populares. O grupo se reúne mensalmente, a fim de estudar, propor e coordenar ações concretas para a consolidação da Universidade Popular.

Conteúdo programático; 6) Métodos; 7) Sujeitos; 8) Estrutura física; 9) Caráter, modalidades e certificação das experiências de formação; 10) Plano de ações concretas para o fortalecimento organizativo e pedagógico da Universidade Popular.

A partir da análise dos elementos político-pedagógicos apresentados neste documento, observa-se um Programa de Formação integral, humanista e emancipatória voltado aos interesses das classes populares. No que se refere aos temas e às matrizes formadoras do programa, destacam-se os conteúdos (técnicos, políticos e culturais) associados à concepção socialista da sociedade, que visam preparar o povo para o exercício do poder.

Quanto aos métodos, destacam-se o diálogo horizontal entre educadoras/es e educandas/os, a problematização da realidade para a emancipação de consciência dos sujeitos e o trabalho como princípio formativo, na interação permanente entre os conhecimentos populares, os científicos e os saberes nascidos nas lutas sociais. Com relação à intencionalidade de formação da Universidade Popular, considera-se que o espaço visa qualificar (tecnicamente, culturalmente e politicamente) as classes populares e mobilizá-las por conquistas concretas, tendo como horizonte a construção de uma ordem social justa e igualitária.

Para tanto, o caminho vislumbrado pelos sujeitos da ENEP é lançar-se na realidade material do povo e aprender com ele. É sistematizar, com o povo, os conteúdos e métodos populares que emergem das suas vivências e ajudá-lo a colocá-los em prática na resolução dos seus problemas e na construção do Sujeito Coletivo. Diante da dura realidade imposta pela sociedade de classes, dividida em opressor e oprimido, há duas opções possíveis: choramingar o tempo todo ou lutar e romper com todo tipo de opressão/exploração. Nós escolhemos lutar!

2. ORIGEM E TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO POPULAR DA ENEP

De acordo com seus fundadores, a Escola Nacional de Energia Popular - ENEP é fruto de um sonho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁷, que materializou-se a partir das reuniões mensais do Movimento Evangélico Popular Eclesial - MEPE em diálogo com outros movimentos populares comprometidos com a luta do povo trabalhador por uma sociedade justa, fraterna e igualitária, sem nenhum tipo de opressão/exploração.

⁷ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) são pequenos grupos de cristãos leigos vinculados à igreja católica, em geral empobrecidos, que se reúnem em suas comunidades para refletir a palavra de Deus, alimentar a comunhão fraterna e reafirmar o compromisso cristão na luta por um mundo de justiça e amor. O evangelho de Cristo é aprofundado em diálogo com a vida cotidiana dos que fazem parte desses grupos (articulação entre fé e vida concreta) (MEPE, 2023).

O início das discussões sobre a necessidade de criação de um espaço de Formação Popular se deu a partir da preparação da XVI Romaria dos trabalhadores e trabalhadoras, que ocorreu em Viçosa, no dia 1º de maio de 2006, com o tema voltado ao “abismo” entre a universidade pública formal e as classes populares. A Romaria é iniciativa da Arquidiocese de Mariana em parceria com os movimentos sociais, sindicais e pastorais com o objetivo de celebrar o dia dos/as Trabalhadores/as (MACHADO et al, 2020).

Durante o processo de preparação da Romaria, que teve o MEPE como organização coordenadora, foi debatido nas comunidades de Viçosa e região, a exclusão da população empobrecida do sistema público de educação superior, tomando como exemplo a Universidade Federal de Viçosa, que na época acolhia estudantes de várias regiões do país, mas que era incapaz de acolher a própria população da cidade. A percepção dos movimentos sociais envolvidos nas discussões era de que as universidades públicas e gratuitas beneficiam principalmente as classes de maior rendimento e, portanto, os mais pobres estariam financiando os mais ricos.

Na ocasião, fazia-se também, a discussão sobre a realidade desafiante das Escolas Famílias Agrícolas⁸ (EFA's), que preparam boas pessoas para trabalharem bem a terra com concepção agroecológica, mas que por não possuírem terra o suficiente para cultivar, acabam se formando para o mercado e não para o trabalho livre da exploração. Segundo Dalmagro (2016):

O enraizamento da educação nas relações sociais, na base material, possibilita o questionamento da visão idealista de que a mudança do mundo adviria de uma mudança em nossa educação. Poderíamos nos educar de um modo diverso mantendo a mesma base social, sem alterar as relações que nos formam? Pensamos que não. Mudar a educação é mudar a realidade mesma. Mas como mudar a realidade se somos educados por ela? A resposta reside, a nosso ver, na compreensão da realidade como totalidade contraditória, em movimento (DALMAGRO, 2016, p. 75-76).

Esta discussão nos leva ao entendimento de que a formação popular deve estar articulada às lutas dos movimentos sociais por melhores condições materiais de vida, que favoreçam a autonomia e a emancipação dos sujeitos envolvidos nos processos formativos.

No contexto de origem da ENEP, a problemática da educação distante do povo foi sendo cada vez mais discutida nas reuniões do MEPE, em diálogo com outros movimentos sociais e

⁸ A Escola Família Agrícola (EFA) caracteriza-se como associação instituída por Famílias, Comunidades e Movimentos Sociais do campo. Através da Pedagogia da Alternância, a EFA busca promover a formação integral e libertadora das/dos jovens camponeses, articulada à produção sustentável da vida, com finalidades formativas comprometidas com um novo projeto de campo e de sociedade, fundamentado em princípios da Agroecologia (AMEFA, 2022).

organizações populares. É a partir dessas discussões coletivas, que surge então a ideia de se construir na região de Viçosa um espaço educacional popular, que teria como método pedagógico a Educação Popular de Paulo Freire e que acolheria as classes populares que historicamente foram excluídas das universidades públicas formais.

A ideia da escola popular tornou-se recorrente nos encontros das organizações populares até 2015, quando o MEPE, em reunião ampliada realizada em Paula Cândido-MG, decide pela implantação do espaço educacional. No encontro, aparece pela primeira vez, o nome Escola Nacional de Energia Popular - ENEP. Logo depois, em uma reunião do MEPE realizada em Sobradinho, zona rural de Guaraciaba, o nome é aprovado pelas organizações populares envolvidas no processo.

Ainda em 2015, as organizações populares conquistaram o comodato de 10 anos para a utilização da área de 23 hectares pertencente a Arquidiocese de Mariana para a implantação da escola, localizada na Colônia Vaz de Melo, zona rural de Viçosa-MG. Iniciaram-se então, nesse ambiente, com a coordenação dos movimentos populares, os primeiros mutirões e processos formativos da Escola Nacional de Energia Popular.

Foto 01 - 1º mutirão para implantação da ENEP.



Fonte: ENEP, 2016.

De acordo como o MEPE (2014), a escolha dessa área se deu pelo seu histórico e objetivo de ser um espaço educacional, considerando que neste local, na década de 90, já funcionou uma Escola Família Agrícola (EFA) coordenada pela Arquidiocese de Mariana. Outra motivação foi a oportunidade de manter viva a memória de Dom Luciano, que sempre lutou por uma educação de qualidade para todas/os.

Vale destacar que, além do MEPE, foram responsáveis pela fundação da ENEP: o Instituto Universo Cidadão - IUC; a Comissão Justiça e Paz de Paula Cândido - CJP, a Escola Família Agrícola Dom Luciano, o Levante Popular da Juventude, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, cada qual tendo importante presença em grau mais intenso ou menos intenso nas fases de implantação da escola.

Diante das exigências jurídicas para a celebração do comodato da área com a Arquidiocese de Mariana, na ocasião o Instituto Universo Cidadão - IUC foi a entidade indicada para representar a ENEP juridicamente. Esse mecanismo de solicitação de CNPJ 'emprestado' a entidade de plena confiança das organizações idealizadoras da ENEP indica a intenção inicial da escola de não se institucionalizar e perder sua motivação fundante de promover processos formativos na perspectiva de uma nova ordem social (GARE, 2022).

Quanto às razões e aos processos que levaram os movimentos sociais a se unirem para a implantação da ENEP, questionadas sobre o assunto em entrevista, as organizações fundadoras da escola relataram as informações, a seguir. “Articulamos as primeiras reuniões de fundação da escola, motivadas/os pelo sonho de construção de um espaço educacional que acolhesse o nosso povo e que servisse aos seus interesses” (MEPE, 2022). “Nossa aproximação se deu com a construção da horta mandala, a implantação da placa solar e o fornecimento de mudas de árvores frutíferas para a construção do pomar da escola” (MAB, 2022).

“A nossa aproximação veio da demanda que havia na articulação de implantação da ENEP por uma organização com CNPJ que pudesse acolher juridicamente o terreno para a sua implantação” (IUC, 2022). “Participamos do processo de implantação da ENEP por influência do MEPE e do Levante, buscando parceria com a escola para a realização de experiências formativas do movimento” (MAM, 2022).

“Aproximamos da discussão de implantação da escola a convite do MAB, a fim de encontrar uma formação que dialogasse mais com a nossa juventude” (LPJ, 2022). “Aproximamos do processo de criação da ENEP por influência do MEPE, a fim de construir um espaço de Educação Popular para a juventude do campo (EFADL, 2022). “Nossa aproximação se deu a convite do MEPE, por acreditarmos no potencial da Educação Popular” (CJPPC, 2022).

A partir da análise das diversas motivações em questão, observa-se o relevante potencial da prática de mobilização social entre as organizações populares, que fez com que umas motivassem as outras a consolidarem a unidade rumo a materialização do sonho em comum no

âmbito de atuação das CEB's e dos movimentos populares: construir a nova proposta de universidade com o povo e para o povo.

Verifica-se a compreensão por parte das organizações fundadoras da ENEP de que o sistema educacional formal não representa os seus interesses e o projeto de sociedade que desejam construir, logo o que fica evidente é que projetos sociais diferentes (ou até mesmo antagônicos) necessitam de projetos formativos diferentes. Em diálogo com Freire (1986), observamos a partir das verbalizações em questão:

[...] fração grande da classe trabalhadora procurando assumir a responsabilidade de sua formação porque começa a perceber, mais do que simplesmente sentir, que a classe dominante não pode formar a dominada, a não ser para que esta se reproduza como tal. (FREIRE, 1986, p. 11).

No entanto, vale considerar que se é necessária uma nova proposta de ensino para a transformação das condições sociais; em contrapartida deve-se transformar as condições sociais para consolidar uma nova proposta de ensino. Percebe-se com base em tal reflexão que a formação popular e a luta do povo por melhores condições materiais de vida devem ocorrer em permanente interação para a emancipação dos sujeitos envolvidos. Para tanto, o caminho que vislumbramos é o protagonismo dos movimentos sociais nos processos de formação/mobilização das massas.

Nas palavras de Dalmagro (2016), os movimentos constituem matrizes de extrema radicalidade formadora, mais precisamente:

[...] ao questionarem as estruturas sociais por meio de suas ações, lutas, organização coletiva. Ao colocarem as pessoas em movimento, em outras circunstâncias e relações, possibilitam alterar a direção da educação. Neste sentido parece correto pensar que quanto mais radical (no sentido de ir à raiz dos problemas sociais), quanto mais atinge as causas estruturais do sistema, e isto na prática social e não apenas no âmbito do discurso, maior o potencial de transformação radical da educação (DALMAGRO, 2016, p. 76).

Ainda de acordo com Dalmagro (2016), os movimentos sociais expressam os desafios e as contradições do modelo de sociedade vigente e são, desse modo, profundamente formativos uma vez que por meio de suas lutas e atuações as pessoas questionam as estruturas sociais e a educação delas proveniente, propondo novas formas de organização da vida social e da formação humana.

No contexto de origem da ENEP, compreende-se que a contradição expressa pelos movimentos sociais que impulsiona o processo de consolidação da Universidade Popular refere-se à imensa distância entre a universidade pública formal e o povo, percebida pelo fato

de jovens da classe trabalhadora de Porto Firme, Piranga, Presidente Bernardes, dentre outras cidades ‘encostadas’ na Universidade Federal de Viçosa (UFV), não terem acesso à universidade pública. Além disso, percebe-se empiricamente que a Universidade pública brasileira possui um caráter de classe determinado, que é o das classes dominantes.

A análise presente no contexto da ENEP em relação ao acesso ao ensino superior, conforme registrado em atas e relatórios de reuniões, pressupõe que, além de não priorizar o acesso das classes populares, a universidade pública se coloca a serviço de grandes empresas do setor privado que lucram com a formação tecnicista e a manutenção da dominação. Assim sendo, em geral forma bons profissionais do ponto de vista técnico, mas no âmbito político, acaba treinando passivos sujeitos para se tornarem força de trabalho a ser vendida/explorada no mercado, alimentando a engrenagem do capital.

Desde 2015, data de sua fundação, a Escola Nacional de Energia Popular (ENEP) desenvolve experiências de formação em Agroecologia; Terapias Naturais; Realidade Brasileira; Artesanato em Bambuí; Teologia Popular; Pedagogia da Alternância, Plantio de Água, dentre outros temas específicos indicados pelos movimentos sociais que conduzem seus processos formativos. A ENEP caracteriza-se como espaço educativo/formativo da classe popular, que desenvolve a formação humana integral, fundamentada no trabalho socializado e nos princípios da Educação Popular. Sua dinâmica de funcionamento (trabalho e formação) constitui-se principalmente de mutirões, reuniões, cursos e oficinas, que visam oportunizar, além do conhecimento técnico para o trabalho, a tomada de consciência dos sujeitos para o enfrentamento dos problemas sociais.

Para o Coletivo de Terapias Naturais (CTN), a importância da ENEP para os movimentos sociais consiste em poder “acolher as suas reuniões e formações; possibilitando que as pessoas compartilhem as suas lutas, se capacitem e realizem projetos de emancipação humana”. Nas palavras do MAB (2022), a importância da escola para o movimento popular é “ser espaço de articulação e de união de diversas organizações que desejam caminhar juntas e acumular forças para as lutas”, além de ser espaço de formação política e problematização da realidade, onde são debatidas as diversas pautas dos movimentos”.

Considerando a tomada de consciência dos oprimidos quanto às relações de opressão como primeiro passo para a libertação destes, a educação problematizadora (popular) promovida pela ENEP desempenha um papel fundamental nesse processo. Segundo Romão e Benincá (2015), para que mereça o adjetivo de Universidade Popular, o espaço de formação deve se voltar aos interesses das classes populares e, ao mesmo tempo, incorporar em seu

currículo o conhecimento elaborado e as estratégias empregadas pelas/os oprimidas/os em seu processo de emancipação. Deve, nesse sentido, ser escola com o povo e pelo povo.

Para o SindUTE (2022), o potencial da ENEP consiste em “oportunizar a organização do movimento popular, que é mais amplo e reúne jovens, idosos, trabalhadores, desempregados, estudantes e quem já se formou; é ser esse guarda-chuva que abriga as nossas entidades e contribui em suas formações”. “Para nós do MAM, a importância da ENEP é ser espaço de encontro dos movimentos sociais, onde podemos sonhar e lutar juntos por uma nova sociedade”. Nesse sentido, a EFADL (2022) destaca como papel da Universidade Popular “a promoção da troca de saberes entre os movimentos; dar condições às organizações populares para que possam desenvolver juntas a formação humanitária e transformadora”. Nas palavras de Romão e Benincá (2015):

Tanto a universidade popular quanto os movimentos sociais têm em seu escopo o desejo de transformar a sociedade. No horizonte de ambos está a utopia de melhorar a vida das pessoas, especialmente as das camadas sociais deserdadas por um modo de produção que tem compromisso com a desigualdade e que sempre recorre, no limite, ao autoritarismo para garantir a reprodução do capital (ROMÃO e BENINCÁ, 2015, p. 119).

Quanto ao caráter das experiências formativas desenvolvidas pela ENEP na perspectiva de se consolidar como Universidade Popular, destaca-se a promoção de: cursos livres e de extensão em parceria com a Universidade Federal de Viçosa - UFV; oficinas; vivências; místicas; mutirões de trabalho socializado; plenárias; assembleias; lutas sociais; construção e manejo de tecnologias populares; experiências de estágio; reuniões mensais de coordenação da escola; atividades culturais e de intercâmbio educativo. Ao longo de sua trajetória de Educação Popular, a ENEP vem desenvolvendo, com o povo, diversidade de cursos, como mostra o Quadro 01 e as diversas fotografias, a seguir.

Quadro 01 - Cursos promovidos pela Escola Nacional de Energia Popular.

CURSOS PROMOVIDOS PELA ENEP
Confecção de tambores (Alfaia)
Construção com bambu gigante
Confecção de móveis e artesanato em bambuí
Dança Afro
Terapias naturais
Homeopatia no cuidado dos organismos vivos e ambientes

Plantas Mediciniais e manipulação de remédios tradicionais
Plantio de água
Pedagogia da Alternância
Percussão
Teologia Popular
Lideranças políticas
Fé e cidadania
Fé e política
Fundamentos e atuação das CEB's
Princípios e práticas da Educação Popular
Realidade Brasileira - CRB

Foto 02 - Curso de confecção de móveis em bambuí.



Fonte: MAB, 2018.

Foto 03 - Curso de terapias naturais.



Fonte: CTN, 2019.

Foto 04 - Curso de plantio de água.



Fonte: MAM, 2019.

Foto 05 - Curso de Teologia Popular.



Fonte: MEPE, 2018.

Em geral, as experiências de formação desenvolvidas pela ENEP são organizadas, coordenadas e mediadas por educadoras/es populares e militantes de suas organizações fundadoras e parceiras. Algumas experiências chegam como propostas externas e podem ser bem acolhidas, desde que sejam coerentes com os princípios político-pedagógicos da escola e estejam associadas à concepção socialista da sociedade. Todas as experiências e cursos envolvem temáticas de interesse das classes populares, como mostra o Quadro 02.

Quadro 02 - Ementas de cursos promovidos pela ENEP.

CURSOS	OBJETIVOS
Curso de Teologia Popular	Contribuir com o processo de fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de instrumentos de transformação da estrutura da sociedade. Atua como indicador para pessoas com aptidões relacionadas a liderar instituições religiosas, comunidades populares, que exerçam a vida sacerdotal através de ministérios transculturais, fazendo da evangelização através das Sagradas Escrituras, o ponto de convergência da essência de diversos povos, raças e etnias. O curso visa contribuir com o processo de formação política de militantes sociais tendo como objetivo o resgate do pensamento crítico, acerca da realidade política, social, econômica e cultural de nosso país.
Curso de Pedagogia da Alternância	Capacita profissionais com atuação na Educação do Campo, a partir dos instrumentos teórico-metodológicos específicos, contribuindo com a oferta da Educação do Campo contextualizada às realidades de suas populações, de qualidade e em conformidade com as diretrizes para as escolas do campo, possibilitando assim, a integração dos movimentos. Tem como ponto central a unidade e a educação libertadora materializada, em qualquer espaço educativo.
Curso de Artesanato em Bambuí	Tem por objetivo gerar saberes sobre a fabricação de móveis em bambuí e geração de renda. Curso prático, onde os participantes podem apreciar o trabalho coletivo desde a colheita do bambuí, até a confecção dos móveis. No decorrer das práticas, diversos conhecimentos sobre este ofício são partilhados. Outras temáticas da realidade também emergem e são debatidas.
Curso de Homeopatia Popular	Visa divulgar a concepção de saúde sistêmica, os princípios da homeopatia e a homeopatia popular como prática de bem viver saudável, simples, de baixo custo, sem resíduos químicos ou efeitos colaterais, acessível a todas as pessoas.
Curso de Homeopatia na Agroecologia	Divulgar a tecnologia social da homeopatia aplicada no cuidado dos organismos vivos (humanos, plantas e animais) e ambientes (solo, água). Divulga a homeopatia como ferramenta na transição agroecológica contribuindo com o abandono definitivo dos agrotóxicos, com a saúde ambiental e com a produção de alimentos saudáveis.
Curso de Realidade Brasileira (CRB)	O objetivo é fortalecer as lutas populares na região, através da articulação e da compreensão da realidade para além dos desafios de cada movimento/organização. Colabora ainda com a formação política social do campo e da cidade, através do resgate crítico acerca da realidade política, social, econômica e cultural do País.

Fonte: MACHADO et al, 2020, p. 352-353.

A Educação Popular praticada nos processos formativos da ENEP constitui-se como pedagogia de luta pela emancipação de toda forma de opressão, fundamentando-se no método dialético popular, compreendido pela escola como a sua forma de enxergar a realidade em

permanente tensão e intenso processo de luta de classes sociais (opressores e oprimidos) (GARE, 2023).

Considerando tal concepção, compreende-se que os métodos utilizados nas formações desenvolvidas pela escola buscam possibilitar que a classe popular problematize a sua realidade histórica e material, a fim de perceber que o mundo não foi e não será sempre assim: tudo pode mudar, tudo o que foi construído pode ser desconstruído e reconstruído. Os métodos populares buscam oportunizar, nesse sentido, que os oprimidos encarem seus problemas concretos como desafio, oportunidade e possibilidade de mudança, de modo que a contradição seja a chance para a transformação (CEPIS, 2008).

Em todas as experiências de formação da ENEP são priorizados os métodos problematizadores da realidade, como vivências, oralidade, Círculo de Cultura, visão sistêmica, trabalho em equipe, escuta profunda⁹, dentre outros. Tais métodos estimulam o protagonismo dos sujeitos, o diálogo horizontal e a troca de saberes. Prioriza-se ainda, a utilização de métodos de conduta como a mística¹⁰ de preparo dos ambientes e abertura das experiências formativas, as cadeiras organizadas em círculo e a partilha dos alimentos. Ao analisar os processos formativos promovidos pela ENEP, Machado et al (2020) indica que há o uso de métodos e recursos didático-pedagógicos que priorizam a linguagem simples e popular, a fim de possibilitar o amplo acesso do povo aos debates, bem como incentivar o protagonismo dos sujeitos, a dialogicidade e a partilha dos diversos saberes.

O mutirão de trabalho coletivo é considerado um dos principais espaços de participação popular da ENEP que garante a disseminação dos diversos saberes acumulados pelos movimentos sociais, uma vez que o espaço é mediado pela troca de conhecimentos técnicos, políticos e culturais entre os sujeitos no decorrer da ação prática. Outro ponto importante dos mutirões é possibilitarem a formação humana e social através dos princípios do planejamento coletivo, da mística e da cooperação. Nas palavras de Gohn (2006):

O trabalho em mutirão tem como função envolver a comunidade e os demais participantes, facilitando o trabalho e possibilitando a organização, em favor do bem

⁹ Para os sujeitos que protagonizam os processos formativos da ENEP, a escuta profunda significa estar aberto ao diálogo horizontal e ao conhecimento do outro, com a consciência de que o nosso conhecimento é incompleto e de que existe uma diversidade de saberes importantes. Significa se entregar a uma interação profunda com o outro, tentando escutar o que é dito e o que pode estar além das suas palavras. Significa buscar evoluir em função do que se ouve e sentir inclusive o que pode estar em uma dimensão transcendental.

¹⁰ Momento de reflexão e mobilização para a luta social; prática de reavivar o companheirismo entre as/os militantes do movimento popular. Em muitos momentos envolve certa dose de espiritualidade. Trata-se de espaço em que elementos e símbolos - como ferramentas de trabalho, livros, bandeiras, canções, terra, água, sementes, dentre outros - carregados de significado são utilizados para sensibilizar, despertar e mobilizar as pessoas presentes (Oliveira e Gomes, 2021).

comum, com diálogos e trocas. Neste espaço é respeitado os saberes e habilidades dos indivíduos, promovendo a troca de conhecimento, o diálogo, a formação social, formação cidadã, justiça social, formação para a liberdade (GOHN, 2006, p.6).

Foto 06 - Mutirão de construção da plenária da ENEP.



Fonte: ENEP, 2015.

Foto 07 - Mutirão de pintura artística



Fonte: ENEP, 2016.

Os mutirões praticados na ENEP reafirmam sua concepção de trabalho socializado como processo formativo, ao demonstrarem na prática a quão injusta é a apropriação privada do trabalho social. A escola prioriza o trabalho coletivo, com propósito comum, em que cada pessoa contribui conforme sua capacidade e habilidade. Observa-se que o trabalho é um

princípio político-pedagógico fundamental da ENEP, que direciona suas ações, sua organicidade, além de contribuir com a sua autossustentação.

Nos mutirões da escola se aprende vários saberes e fazeres da vida, do cotidiano e da realidade concreta dos sujeitos. São partilhados conhecimentos populares, acadêmicos e das lutas sociais. São desenvolvidas habilidades de trabalho coletivo, de pensamento crítico, de cooperação, de união, de justiça, de amor e de partilha. A ENEP exemplifica que o trabalho como princípio educativo é possível e é caminho de materializar sonhos sem colocar o capital, o dinheiro como princípio básico ou limitante (MACHADO et al, 2020).

Por meio dos mutirões, a ENEP desenvolve seu objetivo central de ser campo de desenvolvimento de tecnologias sociais/populares, que sejam disseminadoras de conhecimentos técnicos, políticos e culturais e garantidoras da sua autossustentação. As Tecnologias Sociais podem ser produtos, técnicas, ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social (ANDRADE e VALADÃO, 2017).

Tais tecnologias são de baixo custo e no espaço da ENEP visam: a) promover a autonomia, a soberania alimentar e a qualidade de vida do povo; b) resolver problemas socioambientais; c) ser reproduzidas como fonte de renda dos sujeitos envolvidos; d) possibilitar o desenvolvimento sustentável e a transformação social; e) articular saberes técnicos aos populares nos processos formativos; f) favorecer mutirões de trabalho coletivo; g) possibilitar a experiência do trabalho como princípio educativo.

Diante das suas diversas potencialidades organizativas e pedagógicas, considera-se a implantação e o desenvolvimento permanente das tecnologias populares prioridade central para a consolidação do Programa de Formação da Universidade Popular. Assim sendo, considerando o princípio de autossustentação da ENEP, prioriza-se no atual momento, as tecnologias que dependem de processos demonstrativos e/ou produtivos simples, cuja manutenção exija pouca mão de obra, que possa ser potencializada pelos mutirões de trabalho socializado realizados na escola.

Ao longo da trajetória de formação popular da ENEP foram implantadas e desenvolvidas diversas tecnologias populares - como mostra o Quadro 03 e as fotografias, a seguir - que são utilizadas como fonte de estudo/conhecimento por estudantes, trabalhadoras/es e agricultores familiares da região. No desenvolvimento das tecnologias de produção de alimentos saudáveis e na prática da agroecologia, a ENEP considera tanto alternativas apresentadas por universidades, quanto o conhecimento popular e cultural das/os agricultores envolvidos em suas formações.

Quadro 03 - Tecnologias sociais desenvolvidas pela ENEP.

Horta mandala	Placa para captação de energia solar
Sistema alternativo de tratamento de água	Medicina natural (plantio, espaço para atendimento e remédios tradicionais)
Criação de peixes	Pomar
Plantio de água	Paiol artesanal de milho
Sistema agroflorestal	Sistema integrado de aproveitamento energético da água
Criação agroecológica de galinhas	Sistemas de irrigação
Tratamentos homeopáticos	Fossa séptica evapotranspiradora
Roda d'água	Moinho elétrico
Composteira	Viveiro de mudas

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Foto 08 - Galinheiro.



Fonte: MEPE, 2023

Foto 09 - Roda d'água.



Fonte: EFADL, 2017.

Foto 10 - Composteira.



Fonte: MEPE, 2018.

Foto 11 - Moinho elétrico.



Fonte: MAB, 2019.

Outra importante experiência formativa promovida pela ENEP é o estágio em Práticas Educativas em Produção Agroecológica e Tecnologias Sociais. Esse estágio prevê o desenvolvimento de práticas de produção e de tecnologias sociais, levando em consideração as seguintes temáticas: agroecologia; modelo energético; sustentabilidade e ambiente saudável; qualidade de vida (envolvendo a produção do bem-estar animal, a alimentação saudável, a saúde humana, a qualidade do solo, da terra e da água) (ENEP, 2021).

Ao longo de sua trajetória de formação, a escola acolheu em seu espaço estagiárias/os, pesquisadoras/es e bolsistas da Universidade Federal de Viçosa, para desenvolverem seus trabalhos com foco no espaço de educação não-formal. Houve inclusive, o acolhimento a dois estagiários da Colômbia. Entre as pesquisas e estudos desenvolvidos na escola, destaca-se:

- Dissertação de mestrado: Três anos de sonho e suor: um estudo sobre as motivações políticas dos educadores e parceiros de uma universidade popular da zona da mata mineira. Autor: Emanuel Messias Arcas Oliveira - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia): Escola Nacional de Energia Popular: Práticas de ensino aprendizagem em espaços educativos não formais e suas contribuições à Licenciatura em Educação do Campo. Autora: Odália Martins Machado - Universidade Federal de Viçosa, 2020.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia): Mapas de territorialidade da ENEP. Autor: Renan José Freitas Assis - Universidade Federal de Viçosa, 2018.
- Trabalho de iniciação científica: Escola Nacional de Energia Popular - ENEP: processos educativos e elaboração de um programa de formação para uma Universidade Popular. Autor: Bruno Henrique Américo - Universidade Federal de Viçosa, 2022.
- Dissertação de mestrado: Escola Nacional de Energia Popular (ENEP): Elementos Político-Pedagógicos da Universidade Popular. Autor: José Gabriel Barbosa Lopes - Universidade Federal de Viçosa, 2023.

O espaço da ENEP é também lugar de festas, de celebrações do povo e de diversas vivências culturais que acontecem integradas aos seus processos formativos. Além disso, a ENEP acolhe em seu espaço formativo diversas reuniões, encontros e experiências de intercâmbio de escolas e entidades do município de Viçosa, conforme fotografias, a seguir.

Foto 12 - Intercâmbio com Escola Municipal de Viçosa.



Fonte: ENEP, 2017.

Foto 13 - Intercâmbio com estudantes de Educação do Campo da UFV.



Fonte: ENEP, 2018

Foto 14 - Vivência cultural com artistas populares da ENEP.



Fonte: MEPE, 2019.

A ENEP realiza ainda, relação de parceria com a Dimensão Sociopolítica da Arquidiocese de Mariana, recebendo diversas/os leigas/os e lideranças das CEB's e das paróquias de Viçosa e região, para cursos e encontros de capacitação. O espaço acolhe também atividades de pastorais e de movimentos eclesiais, como mostra a Foto 15.

Foto 15 - Celebração Eucarística.



Fonte: ENEP, 2018.

Com o propósito de compreender, em linhas gerais, como se deu a atuação dos movimentos sociais nos processos formativos promovidos pela ENEP, buscou-se em entrevista às suas organizações coordenadoras identificar quais foram as principais ações realizadas por cada uma delas ao longo da trajetória de formação popular da escola (Quadro 04).

Quadro 04 - Principais ações realizadas pelas organizações populares da ENEP.

ORGANIZAÇÕES POPULARES	AÇÕES REALIZADAS
CJPPC	Mobilização de pessoas para participarem dos cursos e mutirões de trabalho socializado realizados na escola. Participação na construção da cisterna, da cozinha e na reforma de alguns espaços; contribuição financeira para a realização dos cursos de Teologia Popular e de Artesanato em Bambuí.
MEPE	Participação em todas as experiências formativas promovidos pela escola: mutirões de trabalho na agricultura, construção e manutenção das instalações e tecnologias populares. Divulgação da ENEP nas vivências missionárias, participação e coordenação de cursos, especialmente o de Teologia Popular.
QLE	Mobilização de pessoas para participarem das experiências formativas realizadas pela escola; participação nas atividades de coordenação do espaço. Realização de seminário do QLE.
IUC	Participação enquanto membro da coordenação ampla da escola; participação da organização e realização de diversos cursos e processos formativos. Manutenção da casa e dos espaços físicos; coordenação do curso fé e cidadania e do curso de formação política para candidatos; mediação do monitoramento coletivo da conjuntura; realização do ponto de cultura tambores da mata; reforma da ruína; dentre outras ações.
MAM	Participação na coordenação geral; atuação nos mutirões e no processo de compra do terreno da ENEP. Organização e coordenação do curso de plantio de água, curso de construção com bambu gigante, dentre outras experiências.
LPJ	Participação nas reuniões de coordenação ampliada, nas místicas e nos mutirões de trabalho socializado; divulgação da ENEP e mobilização da juventude para participar dos cursos, oficinas e atividades culturais. Organização e coordenação das formações: Curso de Realidade Brasileira (CRB), Emerson Pacheco (espaço de formação de militantes do Levante), Curso de Pedagogia da Alternância.
EFADL	Mobilização de pessoas para os mutirões e para participarem das experiências de formação: Curso de Realidade Brasileira (CRB), curso de confecção de tambores, curso de Pedagogia da Alternância, dentre outros.
CTN	Participação na coordenação geral; promoção de cursos e seminários de homeopatia e terapias naturais; cultivo de plantas medicinais e implantação da farmácia viva; desenvolvimento do projeto Educação Popular e Saúde.
SindUTE	Participação nas reuniões de coordenação e nos mutirões de trabalho; realização das formações sindicais no espaço. Organização e coordenação do Curso de Realidade Brasileira (CRB).
MAB	Participação na coordenação ampla da escola; realização de encontros, formações e reuniões regionais do MAB no espaço; mobilização de pessoas para participarem

	dos mutirões de trabalho. Construção da horta mandala, coordenação do curso de artesanato em bambuí; realização de mutirões de plantio; doação e montagem do sistema de irrigação.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A partir da análise da atuação das organizações na trajetória de formação popular da ENEP, percebe-se que quando se mobilizam pela consolidação da Universidade Popular, os movimentos populares reivindicam o reconhecimento de suas culturas, de seus saberes e do direito de participarem ativamente do debate científico, tradicionalmente restrito aos grupos hegemônicos da sociedade.

Com base nas diversas ações e experiências formativas de cunho humanista e emancipatório promovidas - como a organização do curso de formação política, os mutirões de trabalho coletivo, as vivências missionárias vinculadas à CEB's, o cultivo de plantas medicinais, a organização do Curso de Realidade Brasileira, dentre outras - verifica-se ainda que os movimentos populares vinculados à ENEP compreendem a educação como tarefa civilizatória e emancipatória essencial que visa não só a formação técnica e profissional como também a transformação do ser humano e, por conseguinte, da sociedade.

Quanto ao protagonismo dos movimentos populares na promoção da educação emancipatória, concordamos com Freire (1996) ao afirmar que “a formação da classe dominada com vistas à transformação da sociedade injusta é tarefa da classe dominada mesma e de quem a ela realmente adira” (FREIRE, 1996, p. 11). Em síntese, de acordo com as organizações fundadoras da ENEP, em sua trajetória de formação, a escola:

Foi inquietude, virou socialização, tornou-se ideia, fez-se concepção, na centralidade do trabalho, construindo plenária e mandala, cuidando da água, cultivando a terra para alimento saudável com autossustentação, e o povo faz teologia e vivencia a experiência da terapia natural, estuda a realidade brasileira e descobre a energia explorada para a acumulação de capital, e sente a rebeldia reprimida pela força bruta, e topa a disputa, no acirramento de classe, contra o retrocesso do direito, dos golpes golpeados. Cadê a soberania? Cadê a liberdade? Cadê a sociedade sem exploração? É sonhar de novo, é Universidade Popular em gestação, é a missão da Escola Nacional de Energia Popular (ENEP, p. 2, 2018).

Embora a trajetória de formação da ENEP tenha sido marcada, nos últimos anos, por importantes experiências formativas e conquistas populares (que aos poucos vão consolidando sua proposta de Universidade Popular), no ano de 2021, a escola se deparou com um grande e inesperado desafio, que colocou em risco a continuidade de suas atividades e testou a resiliência coletiva de suas organizações populares.

Tal desafio refere-se à decisão repentina, por parte da Fundação Marianense de Educação, de venda da área na qual a ENEP está localizada, que até então permanecia cedida à escola em regime de comodato por 10 anos. O fato de os fundadores da ENEP ficarem surpresos com o ato não significava alguma ilegalidade no processo, tendo em vista que a Fundação era proprietária do terreno e o Comodato já previa o distrato de qualquer das partes a qualquer momento (GARE, 2022).

O motivo de ficarem estarecidos referiu-se, na verdade, ao procedimento praticado no processo de efetivação da venda, que demonstrou indiferença ao trabalho de emancipação popular que vinha sendo desenvolvido pela ENEP. A decisão foi comunicada à ENEP em maio de 2021 - praticamente na metade do comodato, que encerraria em 2025 -, quando as negociações de venda já estavam adiantadas ao menos com um comprador (MEPE, 2022).

Nesse beco (aparentemente) sem saída, aparece a proposta de aquisição de toda a área entre os que, nesse ato, representam a ENEP. Inicialmente a proposta soa como brincadeira por causa do valor alto (800 mil reais), em tempo limitado e, a escola, desprevenida. Mas, depois, vai ganhando corpo, utopicamente viável e, por fim, a decisão favorável. Quando a decisão foi comunicada à Fundação, houve rebuliço interno entre os membros da diretoria. Alguns entendiam que isso era apenas uma cunha colocada pela escola para atrasar o processo e ‘ganhar tempo’. Houve, ainda, quem quisesse se aproveitar do interesse em torno do terreno propondo levá-lo a leilão para arrecadar mais. Nesse momento, a condição de inquilina da ENEP foi decisiva para que seu pleito fosse levado em conta [...] (GARE, 2022, p.5).

Uma vez aceita a proposta da venda do terreno para as/os representantes da ENEP, ocorreram algumas ações importantes para o seu êxito. Ficou definido que a área seria fatiada em partes para formatação da proposta de aquisição coletiva do terreno. O recurso para a compra de uma das partes foi articulado e levantado por um grupo de padres - com afinidade ideológica entre seus membros - sensibilizados com a causa da escola.

A outra ação importante consolidou-se a partir da ENEP, com a organização de campanha de financiamento coletivo, que se expande para parceiros, chega ao povo em geral e consegue o recurso necessário para a aquisição da área de sua sede e entorno. O recurso que faltava para a aquisição de todo o terreno é levantado a partir de pessoas próximas que há tempo desejavam comprar um sítio ou chácara e enxergaram nesse processo uma boa oportunidade.

Com habilidade e pela justeza da causa, a ENEP fica em situação favorável por duas razões principais: a área onde está localizada agora é ‘nossa’, como afirmam seus membros, com todas as vantagens inerentes a esse fato; ela ganha um ‘cinturão’ ocupado por pessoas com muitos objetivos afins, possibilitando seu fortalecimento enquanto espaço aglutinador de energias pela mudança da estrutura da sociedade injusta (ENEP, 2022, p. 6).

3. MISSÃO PEDAGÓGICA DA UNIVERSIDADE POPULAR

O processo coletivo de reconhecimento dos princípios político-pedagógicos que fundamentam a missão da Universidade Popular valeu-se da sistematização dos dados constituídos no 1º Círculo Epistemológico (instrumento de pesquisa colaborativa baseado no Círculo de Cultura de Paulo Freire), realizado com ampla participação dos sujeitos da ENEP. O processo envolveu ainda, a realização de entrevistas às organizações populares que coordenam o espaço. Tais métodos tiveram o objetivo de fazer com que o povo organizado na escola pudesse levantar informações relevantes em termos de concepções políticas, epistemologias dos saberes populares, aspirações sociais e educacionais que devem orientar os processos formativos da Universidade Popular.

A partir das entrevistas às organizações coordenadoras da ENEP, verificou-se a compreensão por parte das/os entrevistadas/os de que a formação promovida pela Universidade Popular não deve se voltar às exigências do mercado capitalista. Deve servir aos interesses do povo, formando pessoas humanas e conscientes para a vida e para a construção da sociedade justa e igualitária. Nas palavras do Levante (2022) a Universidade Popular “não deve formar apenas para o mercado; deve promover a formação capaz de elevar o nível de consciência dos sujeitos a respeito de várias questões sociais, raciais, culturais e políticas”. Para o MAM (2022), deve “capacitar as pessoas para identificarem as injustiças sociais e interpretar criticamente suas causas; deve formar agentes transformadores da sociedade”. Precisa “formar pessoas conscientes para atuarem nas diversas áreas da vida humana e para a organização do movimento popular” (QLE, 2022). “Deve ser voltada para a formação integral da pessoa humana; formar pessoas melhores para viverem o bem comum e respeitarem a natureza” (IUC, 2022).

Em síntese, entende-se, a partir das verbalizações em questão, que a Universidade Popular deve promover, em interação com os movimentos sociais, formações, estudos, e pesquisas em vista da justiça social e do cuidado com os ambientes e bens naturais. Além de qualificar o povo para o trabalho (que é fundamental para a vida em sociedade), deve preparar as pessoas para promoverem a solidariedade humana, exercerem a cidadania, e acima de tudo, para combaterem toda e qualquer relação de discriminação, exploração ou opressão.

O processo de reconhecimento da missão pedagógica da Universidade Popular envolveu, além do 1º Círculo Epistemológico e das entrevistas, a interação com um trabalho de iniciação científica desenvolvido por integrantes - estudante e professor da UFV - do Grupo de Estudo da ENEP, que se voltou ao objetivo específico de identificar os fundamentos teórico-metodológicos que estão presentes na interação da escola com os movimentos sociais.

No que se refere aos resultados de tal interação, destacamos que contribuiu, de forma significativa, para o reconhecimento das perspectivas educacionais e concepções de sociedade presentes na ENEP - conforme o Quadro 05 - que deram bases para o reconhecimento dos conteúdos programáticos e métodos constituintes do Programa de Formação da Universidade Popular.

Quadro 05 - Perspectivas educacionais e concepções de sociedade presentes na ENEP.

Consciência e emancipação	A experiência de formação política dos movimentos sociais que conduzem a ENEP contribui para a elaboração dos processos metodológicos emancipatórios da Universidade Popular, vinculados à uma perspectiva de Educação libertadora, que é pressuposto da concepção educacional da Educação Popular.
Consciência na direção da radicalidade	Radicalidade quanto à profundidade que se tem na compreensão crítica das contradições presentes na sociedade, de forma a direcionar o processo educativo da Universidade Popular de forma dialógica e horizontal, compreendendo que o conteúdo da educação libertadora deve ser construído a partir das demandas reais das classes populares.
Formação Integral e Educação Popular	A formação humana deve ser pensada em seu sentido amplo, na perspectiva da formação de pessoas socialmente conscientes. Deve reconhecer a existência das diversas formas de conhecimento e envolver o povo na construção dos seus conteúdos e métodos.
Trabalho como princípio educativo	Discutir as bases da ciência a partir dos processos de trabalho. Trazer para a Universidade Popular a dimensão do trabalho coletivo e socializado, na perspectiva do saber da experiência como componente pedagógico da formação emancipatória.
Pedagogia do Conflito	Compreender que os processos sociais envolvem conflitos e que na Universidade Popular tais conflitos devem ser tratados como um componente pedagógico. Por meio do conflito é possível elaborar mediações e propostas de ações que permitem avançar no processo de transformação da sociedade.
A dimensão ambiental	Envolve tanto as questões estruturais mais complexas como o caso da mineração, da energia e da soberania popular, como questões relacionadas à Agroecologia e às práticas voltadas para o cuidado com a terra, com a água e com a biodiversidade.

Fonte: GRUPO DE ESTUDO, 2022.

Com relação aos resultados do 1º Círculo Epistemológico, após a realização do encontro foi feita a leitura geral e sistêmica das verbalizações produzidas pelos sujeitos da ENEP, que possibilitou a categorização e a sistematização dos dados na forma de princípios político-pedagógicos, que constituem as raízes da Universidade Popular e fundamentam/orientam a sua missão formativa. A sistematização dos princípios político-pedagógicos em questão pode ser observada no Quadro 06. Vale destacar que, uma vez sistematizados e consolidados no Grupo

de Estudo da ENEP, tais princípios foram validados e reconhecidos pelos sujeitos e movimentos sociais que participam da escola, a fim de que se tornassem os elementos fundantes dos procedimentos metodológicos e do conteúdo programático da Universidade Popular.

Quadro 06 - Princípios político-pedagógicos da Universidade Popular.

Organicidade	<p>1- Garantir que as formas de acesso aos cursos e às tecnologias populares sejam justas e democráticas, a fim de acolher as classes populares que historicamente foram excluídas das universidades convencionais.</p> <p>2- Estruturas de gestão democráticas e colaborativas, com horizontalidade nas tomadas de decisões, para que prevaleçam os interesses coletivos. Mediação dos conflitos rumo a transformação das relações e das estruturas injustas.</p> <p>3- Ser espaço autossustentável, ter liberdade nas tomadas de decisões e florescer.</p> <p>4- Práticas organizativas, produtivas, pedagógicas e avaliativas coerentes com os princípios político-pedagógicos da escola.</p>
Intencionalidade de Formação	<p>5- Promoção de cursos e processos formativos que possibilitem a emancipação da consciência na direção da conquista de direitos, da justiça social e da soberania popular.</p> <p>6- Experiências formativas fundamentadas na Educação Popular e na formação integral. Promoção da pedagogia libertadora, contrária a educação autoritária e opressora.</p> <p>7- Formação em seu sentido amplo, com elementos político-pedagógicos que possibilitem a compreensão do funcionamento da sociedade e o despertar para a sua transformação.</p> <p>8- Projeto Político Pedagógico (PPP) construído coletivamente, que contemple as reais necessidades das classes populares, a partir de conteúdos, métodos e projetos de transformação da vida pensados e vivenciados pelos movimentos populares.</p> <p>9- PPP para servir aos interesses do povo e possibilitar que o ser humano desenvolva os saberes e fazeres necessários à sua formação humana e atuação enquanto sujeito social.</p> <p>10- Ter como fundamentos: a união, a resistência, a radicalidade, a consciência coletiva, a solidariedade e o amor. Ser espaço de escuta profunda e dar ouvido aos excluídos.</p> <p>11- Promover a formação de militantes de movimentos sociais engajados na luta pela transformação da sociedade. Produção do conhecimento crítico e significativo a partir da luta social, para servir às necessidades e demandas coletivas.</p> <p>12- Promover a qualificação dos/as formandos/as para o trabalho por meio da aprendizagem de habilidades e do exercício de práticas que os capacitem a se organizarem com objetivos comunitários.</p> <p>13- Promover a produção do conhecimento enquanto instrumento de luta por justiça social. Ter como fundamento a racionalidade contra hegemônica, visando a emancipação e a humanização dos sujeitos.</p> <p>14- Ser espaço de luta contra: o preconceito, a meritocracia, o racismo, o machismo estrutural e a LGBTfobia. Ser espaço de resistência e protagonismo da juventude. Reconhecimento das diferentes formas de conhecimentos, pensamentos e ações.</p>

	15- Promover a aprendizagem política dos direitos dos sujeitos enquanto cidadãos e a mobilização para a conquista desses direitos, tais como: direito à terra (Reforma Agrária), direito à moradia, direito à educação, direito à cidade, dentre outros.
Conteúdos	<p>16- Abordagem das temáticas presentes na realidade concreta das classes populares: água, terra, trabalho, sementes, energia, minério, como bens naturais e não como mercadorias. Bens naturais para o bem comum e para a soberania popular.</p> <p>17- Currículos com conteúdos e conhecimentos produzidos a partir das causas e lutas sociais. Conteúdos contextualizados a realidade social, histórica e cultural dos sujeitos que participam dos processos formativos. Histórico de militância dos lutadores do povo: Dom Luciano, Paulo Freire, Chico Mendes, Margarida Alves.</p> <p>18- Processos formativos em temas diversos, que possibilitem a compreensão do funcionamento da sociedade: classes sociais e revoluções, economia política, socialismo, teologia popular, terapias naturais, movimento feminista, movimento negro, dentre outros.</p>
Matrizes Formadoras	<p>19- Arte e cultura como dimensão formativa e prática de mobilização social.</p> <p>20- Trabalho socializado como princípio e processo coletivo educativo, com a intencionalidade política de emancipação do ser humano e de compreensão do mesmo quanto a dimensão que o trabalho ocupa nas relações sociais, para que possa haver um trabalho livre de exploração e alienação, para a soberania popular.</p> <p>21- Trabalho socializado como matriz formadora e princípio político-pedagógico, nos aspectos: produtivos, pedagógicos e organizativos.</p> <p>22- Mística como dimensão de formação política; prática de reflexão e de mobilização, fundamental para a vida e para a luta social.</p> <p>23- Agroecologia como matriz formadora e tema transversal; fundamento da agricultura camponesa e das relações dos seres humanos com a natureza. Relação entre a agroecologia e o feminismo. Sem feminismo não há agroecologia e não há socialismo.</p>
Métodos	<p>24- Horizontalidade, humildade e diálogo nas relações entre educadoras/es e educandas/os. Ter a consciência de que todo mundo ensina e todo mundo aprende. Valorização do saber das/os educandas/os e das suas experiências de vida.</p> <p>25- Utilização de metodologias participativas, dialógicas e problematizadoras, referenciadas na educação popular, que possibilitem a construção do pensamento crítico, o protagonismo e a autonomia dos formandos nos processos formativos.</p> <p>26- Ser espaço democrático de reflexões, debates de ideias e soluções, onde o povo organizado sistematiza a sua própria experiência de vida.</p> <p>27- Ser ambiente de formação intercultural e interpolítica, que vise potencializar o conhecimento recíproco entre os movimentos sociais e fortalecer ações coletivas conjuntas. Troca de saberes; diálogo entre saber popular e saber científico.</p> <p>28- Superar a distinção entre teoria e prática, fazendo com que uma esteja articulada a outra. Agregar saberes teóricos e práticos, de forma que as vivências práticas sejam favorecidas pelos saberes científicos. Colocar as ideias em prática. Ver, julgar e agir!</p>
Sujeitos	29- Amplo acesso de jovens negros, indígenas e da classe trabalhadora, revertendo a lógica em que “estudar na universidade é um privilégio exclusivo

	<p>das elites”. Ensinaamentos do povo para o povo; trabalhadores do campo e da cidade presentes na escola!</p> <p>30- Protagonismo dos movimentos sociais na promoção dos processos formativos; movimentos sociais na base de sustentação da escola.</p> <p>31- Ser espaço acolhedor da diversidade de identidades e culturas, não permitir a exclusão. Inclusão das classes que historicamente foram excluídas.</p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa colaborativa, 2022.

A partir dos princípios apresentados, compreende-se que a Universidade Popular tem como missão pedagógica o desenvolvimento de processos formativos com temas e conteúdos vinculados aos desafios socioambientais vivenciados pelas classes populares. Tais conteúdos deverão ser ensinados por mestras/es ancestrais, educadoras/es populares e militantes dos movimentos sociais, por meio de métodos horizontais e práticas pedagógicas da Educação Popular pautadas na transdisciplinaridade¹¹, que possibilitem a elevação do nível de conhecimento, de autonomia e de consciência do povo.

Com base nos diversos princípios político-pedagógicos consolidados pelos sujeitos da ENEP é possível reconhecer perspectivas educacionais e objetivos específicos que deverão orientar a missão pedagógica da Universidade Popular.

- Ser ambiente de formação, pesquisa, sistematização e disseminação de saberes diversos (populares, técnicos, políticos, culturais), incluindo as experiências organizativas das lutas sociais que busquem a construção de uma nova sociedade;
- Acolher cursos e processos formativos pensados e organizados por suas organizações fundadoras e pelos movimentos sociais. Priorizar a abordagem dos conteúdos básicos da trajetória de formação popular da ENEP associados à concepção socialista da sociedade: métodos de Trabalho de Base, Terapias Naturais, Movimentos Sociais, Economia Política, funcionamento da sociedade capitalista, noções gerais do Sistema Energético Brasileiro e estudo básico da Teologia Popular (Teologia da Libertação);
- Desenvolver experiências de produção de alimentos saudáveis com base nos princípios da Agroecologia, que combatam o uso de agrotóxicos, considerando tanto alternativas apresentadas por universidades formais e centros de pesquisa quanto o conhecimento tradicional acumulado das trabalhadoras e dos trabalhadores;
- Desenvolver experiências de tecnologias sociais de produção de energia (elétrica, térmica, cinética, dentre outras) por meio de fontes renováveis (água, sol, vento) e de técnicas que

¹¹ É uma forma sistêmica de pensar e abordar os conteúdos e saberes, dando-lhes uma unidade, um elemento integrador. Implica a compreensão complexa da realidade e busca a construção do conhecimento integral, unificado e significativo, incluindo simultaneamente aspectos de todas as ciências (RODRIGUES, 2016)

respeitem a natureza e garantam a autonomia política e o empoderamento das/os trabalhadoras/es.

A ENEP é escola e busca se consolidar como Universidade Popular no sentido de ser espaço de aprendizado, informação e pesquisa, na interação permanente entre saber popular e saber científico; busca oportunizar o pensar criativo, pois “só o conhecimento liberta”, conhecimento compreendido como formação teórica e aplicação prática, que tem como fontes: a luta pela sobrevivência e a luta de classes vinculada à pesquisa científica comprometida com o povo. A ENEP é nacional por debater questões universais a partir de sua concretude local e refletir elementos centrais da classe trabalhadora e do povo em geral (GARE, 2019).

É de energia no sentido real - enquanto espaço de estudo e discussão sobre alimentos saudáveis, terra, água, energia elétrica, petróleo, minério, dentre outros tipos de energia que são centrais em qualquer projeto de sociedade - e no sentido figurado, enquanto força mística do povo, poder popular e força organizativa. É popular por garantir - através de sua organicidade - o protagonismo das classes populares e a consolidação do sujeito coletivo em seus processos formativos (condição da democracia). E enquanto esforço continuado de mobilização, organização e capacitação (política, técnica, cultural) que prepara as/os trabalhadoras/es para o exercício do poder.

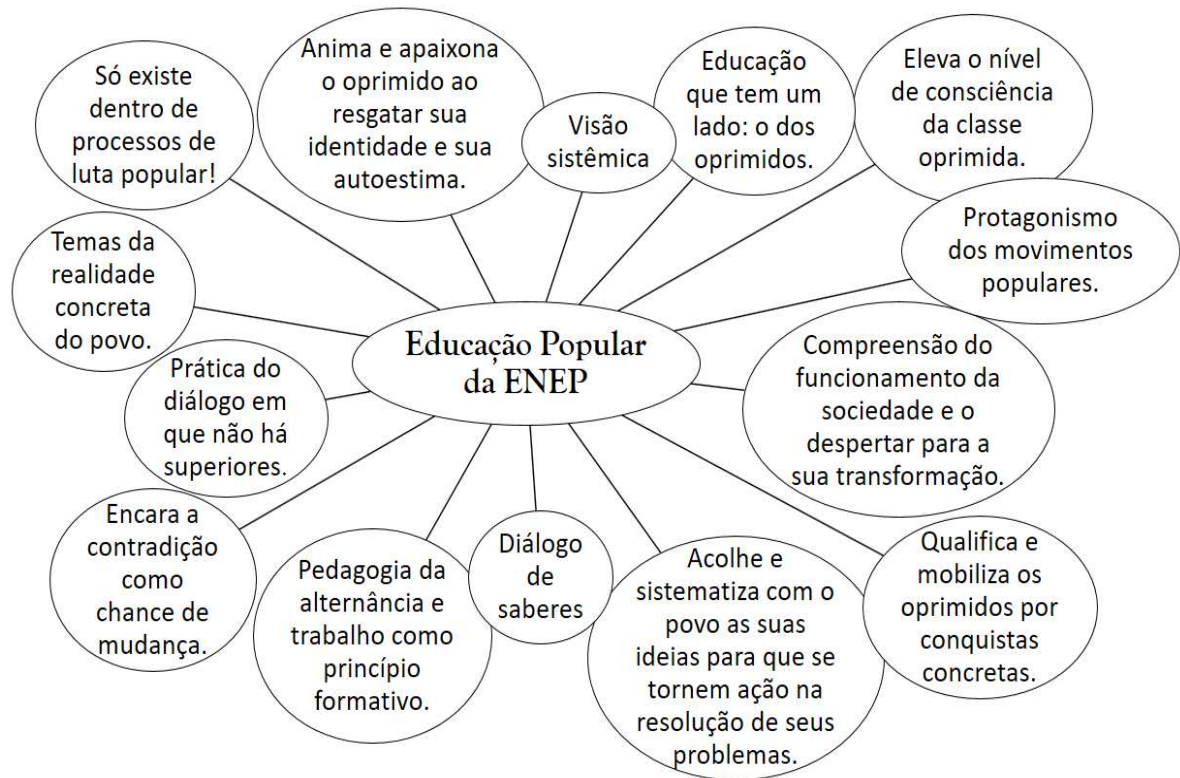
Percebe-se, com base nos princípios político-pedagógicos já apresentados, que a ENEP compreende o trabalho socializado como princípio educativo fundamental, cuja prática ajuda a desmascarar as relações de opressão e contribui para a efetivação de relações de liberdade na sociedade. Nesse sentido, deve ser desenvolvido nas práticas produtivas, pedagógicas e organizativas da Universidade Popular, na perspectiva de promoção da soberania das/os trabalhadoras/es. Para os fundadores da ENEP, o trabalho é a energia da classe trabalhadora e do povo em geral, que transforma a natureza e produz toda a riqueza. Desse modo, se sua produção é social no sentido de que ninguém faz nada sozinho, sua apropriação também deve ser (não deve ser privada). Sua prática deve se dar livre da alienação e da exploração, para a promoção da justiça social (MEPE, 2020).

A partir da análise dos dados sistematizados de forma a consolidar a missão pedagógica da Universidade Popular, destaca-se a Educação Popular como sendo o fundamento central de suas experiências de formação, principalmente no que se refere aos métodos que oportunizam a construção do pensamento crítico dos sujeitos. Vale destacar que é a partir da leitura crítica da realidade, no diálogo permanente entre saber popular e científico, que os movimentos populares protagonistas dos processos formativos da ENEP reconhecem as matrizes formadoras

da Universidade Popular, partindo de experiências dialógicas com sujeitos reais, que consolidam processos educativos buscando transformar a sociedade.

Em síntese, com base nos fundamentos mencionados, sistematizamos os princípios político-pedagógicos centrais da Educação Popular promovida pela ENEP (Figura 01), que, por conseguinte, orientam os processos formativos promovidos pela Universidade Popular.

Figura 01 - Diagrama: princípios da Educação Popular praticada pela ENEP.



Fonte: Dados da pesquisa colaborativa, 2022.

4. ORGANICIDADE E AUTOSSUSTENTAÇÃO

A estrutura organizativa da ENEP foi construída coletivamente de modo a garantir que a sua autogestão seja democrática, colaborativa e com horizontalidade nas tomadas de decisões, a fim de que prevaleçam os interesses coletivos. Apelidada de estrutura guarda-chuva por seus fundadores, sua organicidade se baseia na construção dialética entre as partes e o todo, onde os fluxos de informação favorecem as tomadas de decisões coletivas. Vale destacar que esta estrutura guarda-chuva visa garantir o propósito central da organicidade da Universidade Popular: pertencer e ser conduzida por suas organizações fundadoras e por outros movimentos

sociais que, futuramente, venham agregar-se por afinidade ideológica à sua coordenação ampliada.

Na perspectiva de consolidação da Universidade Popular, a dinâmica de organicidade da ENEP envolve, atualmente, as seguintes instâncias organizativas: a) Grupo de Ação e Reflexão (GARE); b) operativo; c) coletivos por área; d) coletivos por tema; e) coordenação ampliada; f) plenária popular.

O GARE é um grupo de caráter reflexivo, dialógico e deliberativo, que se reúne quinzenalmente. Trata-se de um coletivo relativamente pequeno (cerca de oito pessoas) com afinidade ideológica entre seus membros, cuja tarefa é ajudar na reflexão e direcionamento das demandas e dos rumos da escola na perspectiva de consolidação da Universidade Popular, tendo como horizonte a formação de pessoas emancipadas de consciência para a construção de uma nova sociedade. O GARE possui a missão de garantir que a gestão da ENEP seja coletiva e democrática, não tendo a necessidade de um diretor. Seu propósito central é assegurar que a Universidade Popular não se perca na dispersão na busca por seus objetivos políticos e pedagógicos.

Os fundadores da ENEP consideram que embora as assembleias e demais espaços de condução da escola sejam consultivos e de decisões, o papel do GARE é fundamental - para a autonomia pedagógica da Universidade Popular - no sentido de pôr a mão no volante e, em última instância, garantir que haja a condução coletiva e coerente dos processos de formação popular.

O Operativo é um grupo de ação articulado diretamente ao GARE, que tem como propósito central a realização de tarefas prioritárias de caráter prático que emergem das necessidades e demandas concretas da dinâmica de funcionamento da Universidade Popular. Trata-se de um grupo mais amplo do que o GARE, que acolhe integrantes das diversas organizações populares vinculadas à ENEP dispostas/os a colocar a ‘mão na massa’ no processo de construção da Universidade Popular. Observa-se que a interação permanente entre o GARE e o Operativo materializa a reflexão-ação-reflexão, um dos pilares da Educação Popular.

De acordo com o GARE (2023), os Coletivos por Área é a forma concreta de envolvimento e responsabilização das pessoas no trabalho cotidiano da ENEP e na manutenção de suas instalações, tecnologias sociais e estruturas de produção. Cada Coletivo por Área é coordenado por representantes de uma organização popular da ENEP, mas agrega, por afinidade, pessoas das diferentes organizações vinculadas à escola e até mesmo não pertencentes a nenhuma organização.

Cada um dos quatro Coletivos por Área existentes é responsável por uma das quatro áreas de cuidado que compõe o espaço físico da Universidade Popular, conforme apresentado no Quadro 07.

Quadro 07 - Organização das áreas de cuidado da Universidade Popular.

COLETIVOS	ÁREAS DE CUIDADO	COORDENAÇÃO	TAREFAS
Ivanilda	Chegada da ENEP e terreiro	Neia e Norma	Planejar, organizar, zelar da chegada, do jardim, do estacionamento.
Maristela	Áreas construtivas	Maria José, Edir e Lucas	Manter organizados: salão cultural, secretaria, depósito, banheiros, casa e cozinha; realizar pequenas reformas.
Rosa Fortini	Oca e entorno	Fernanda	Planejar, organizar e zelar do espaço, inclusive buscar solução para cobertura e drenagem da Oca.
Dom Luciano	Pomar e áreas de preservação	Acrísio, Claret e Quitéria	Planejar, organizar e zelar do pomar, das áreas de preservação, do córrego de água, das pequenas represas, do cultivo, da criação de aves e pequenos animais.

Fonte: GARE, 2023.

Os Coletivos por Tema são criados a partir de demandas formativas, construtivas ou organizativas específicas que emergem da dinâmica de funcionamento e fortalecimento da ENEP rumo à consolidação da Universidade Popular e à emancipação do povo. Atualmente existem dois Coletivos por Tema, denominados: Coletivo de Terapias Naturais e Coletivo Universidade Popular, que recentemente passa a se chamar Coletivo Paulo Freire. O CTN surgiu a partir do interesse coletivo dos sujeitos da ENEP de vivenciar experiências de formação na área da Medicina Natural (plantio e manejo de remédios tradicionais). O Coletivo Universidade Popular/Paulo Freire emerge da necessidade de estudar, propor e coordenar ações concretas para a consolidação e o fortalecimento político-pedagógico da Universidade Popular.

O coletivo de coordenação ampliada da ENEP - composto por integrantes de diversas organizações populares - se reúne mensalmente para a socialização de informações e a discussão política de temáticas pertinentes ao desenvolvimento colaborativo, democrático e

qualificado de suas experiências de formação. Trata-se de espaço aberto de problematização da realidade, formação política e partilha de saberes (populares, culturais e científicos) entre os movimentos sociais dispostos a construir a Universidade Popular e a transformar a sociedade capitalista pela raiz (GARE, 2023). Nesse coletivo, cada organização é representada por duas ou mais lideranças fixas, que atuam nas mais variadas áreas de militância dos movimentos sociais - organizativa, técnica, pedagógica, de produção, dentre outras - e oportunizam a interação permanente entre os diversos saberes e fazeres que constituem a Universidade Popular.

As reuniões de coordenação ampla da ENEP configuram-se como ambiente propício à reflexão crítica, à análise da conjuntura política e aos debates em busca de soluções para os problemas que surgem no cotidiano da escola, além de oportunizarem o repasse e o ajuste de agendas entre os movimentos sociais. Em geral, as reuniões duram das 08:00 às 12:30 horas. Embora a duração da reunião seja relativamente extensa, o espaço é dinâmico e gera muitos aprendizados, como: saber ouvir, ser humilde, ser objetivo, ser crítico, respeitar e compreender as diversidades de saberes e visões de mundo, consensuar as tomadas de decisão, planejar e refletir as ações coletivas.

Foto 16 - Reunião da coordenação da ENEP.



Fonte: Dados da pesquisa colaborativa, 2022.

Nas reuniões de coordenação emerge a inteligência coletiva e são apontados caminhos para o fortalecimento do movimento popular. Na dinâmica de desenvolvimento do encontro, os movimentos sociais presentes se dividem em equipes de trabalho: limpeza e organização do espaço (cadeiras em círculo), mobilização e animação, mística de abertura, preparo dos alimentos partilhados, coordenação e relatoria da reunião. Alguns dos alimentos

partilhados são colhidos nas áreas de cultivo da ENEP e outros doados pelos participantes do encontro. A dinâmica de organicidade em questão geralmente é mantida em outras atividades e experiências formativas da Universidade Popular.

O coletivo de coordenação ampliada é composto atualmente por dez organizações populares: Movimento Evangélico Popular Eclesial - MEPE; Escola Família Agrícola Dom Luciano - EFADL; Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB; Instituto Universo Cidadão - IUC; Comissão Justiça e Paz de Paula Cândido - CJPPC; Levante Popular da Juventude - LPJ; Coletivo de Terapias Naturais (CTN); Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM; Sindicato dos Trabalhadores em Educação de MG - SindUTE - Regional Viçosa; Articulação Quem Luta Educa - QLE.

A Plenária Popular caracteriza-se como espaço amplo de partilha de saberes, formação política e consolidação da unidade. Visa oportunizar que a ENEP socialize, avalie e discuta com o povo as potencialidades e os desafios que emergem de sua interação com as organizações populares ao longo do ano. Trata-se ainda de espaço de celebração das conquistas da escola, de animação do povo, de socialização das lutas dos movimentos sociais e de planificação coletiva de ações prioritárias para o ano seguinte, para o fortalecimento organizativo, político e pedagógico da Universidade Popular.

Além das instâncias organizativas supracitadas, a ENEP possui ainda importantes parcerias que contribuem para a organização e o fortalecimento - físico, político e pedagógico - da escola rumo a consolidação da Universidade Popular. Podemos destacar como parceiras da ENEP, as seguintes organizações: Paróquia São João Batista - Viçosa; Dimensão Sociopolítica da Arquidiocese de Mariana; Escola de Fé e Política Dom Luciano; Pastoral Afro-brasileira da Arquidiocese de Mariana; Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata; Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata; Grupo Afro Ganga Zumba de Ponte Nova; Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia - ECOA; Organização de Cooperativas Agroecológica - OCA; Fórum Mineiro de Entidades Negras - FOMENE; Licenciatura em Educação do Campo da UFV - Licena (ENEP, 2021).

Atualmente a ENEP conta com os seguintes meios para a sua autossustentação: a) doações de seus membros e das organizações populares que protagonizam seus processos formativos; b) suas produções de alimentos, materiais e artesanatos; c) venda dos produtos excedentes; d) mutirões; e) promoção de campanhas financeiras para custear suas ações e atividades prioritárias. Para os sujeitos da ENEP, a autossustentação da Universidade Popular é fundamental para que o espaço tenha autonomia no desenvolvimento do seu projeto político-

pedagógico e liberdade em suas tomadas de decisão, afinal, na sociedade em que vivemos ainda vale o ditado: quem paga a banda, que escolhe a música.

A ENEP fundamenta sua autossustentação em dois pilares centrais: o ideológico/político, no exercício permanente da práxis libertadora; e a condição objetiva para seu funcionamento, nessa ordem de grandeza: a contribuição direta das organizações e pessoas (fundadoras, parceiras ou apoiadoras); os mutirões; as parcerias temporárias ou permanentes e diversas campanhas. A ENEP precisa fortalecer suas parcerias com aqueles/as que acreditam no sonho de construção da Universidade Popular (ENEP, 2022, p. 2).

Com o propósito de atender às exigências legais e demandas jurídicas que podem emergir do processo de consolidação da Universidade Popular, foi criada pela ENEP a Associação Movimento em Mutirão (MOVI). De acordo com seu estatuto, a MOVI - criada para representar juridicamente a UP - caracteriza-se como:

[...] associação civil, de direito privado, de caráter educativo, social, cultural, pacifista e ambiental, sem fins lucrativos, com abrangência em todo o Estado de Minas Gerais e com duração indeterminada, vocacionada à promoção de processos educativos e de inclusão social, defesa e aprofundamento dos direitos individuais, sociais e difusos, como instrumento de reforço da solidariedade social, da saúde, dos direitos humanos, do patrimônio cultural, histórico e artístico (ESTATUTO DA ENEP, 2022, p. 1).

Em vista de garantir sua autossustentação, a ENEP desenvolve, como ação prática central, os mutirões periódicos de trabalho socializado, para a manutenção e o melhoramento da sua sede física e da sua estrutura de produção. O mutirão é um dos principais espaços de formação e participação popular da escola, que oportuniza a interação entre saber popular e científico, a articulação entre teoria e prática, e a interação colaborativa entre os sujeitos dos diversos movimentos sociais que participam de suas atividades formativas.

Os mutirões praticados pela ENEP se fundamentam em três princípios centrais: a mística, o planejamento coletivo e o trabalho como processo formativo. Vale destacar, que através dos mutirões de trabalho socializado, a Universidade Popular poderá desenvolver o seu objetivo de ser campo de desenvolvimento das tecnologias sociais, que são disseminadoras de conhecimentos técnicos, políticos e culturais, além de contribuir com a sua autossustentação (GARE, 2022).

Considera-se que o desenvolvimento das tecnologias sociais é fundamental para a consolidação da Universidade Popular. Em vista disso, para manter suas tecnologias em pleno funcionamento, a ENEP busca priorizar, no momento, as experiências de manutenção simples

e que exijam pouca mão de obra, que possam ser mantidas pelos mutirões periódicos de trabalho socializado realizados na escola.

Dentre as diversas tecnologias sociais implantadas pela ENEP - que servem como instrumentos de pesquisa, de formação e de autossustentação da Universidade Popular - podemos destacar: horta agroecológica, galinheiro, banheiro seco, placa para captação de energia solar, sistema alternativo de tratamento de água, Espaço Bem Viver (espaço de atendimento com as terapias naturais e de produção de remédios tradicionais), preparados homeopáticos, Microrganismos Eficientes, pomar, criação de peixes, compostagem, paiol artesanal, moinho elétrico, técnicas de plantio de água para o melhoramento do terreno e a conservação da biodiversidade do local.

Questionados em entrevista quanto à importância das tecnologias sociais para a consolidação da Universidade Popular, os movimentos sociais coordenadores da ENEP apresentaram as seguintes considerações. “Relacionam o aprender, o saber e o fazer; promovem a interação entre saber científico e saber popular; além disso, não apresentam esse formato de visão do capital e do mercado” (LPJ, 2022). “São referência para que as pessoas façam em suas comunidades; as terapias naturais, por exemplo, são tecnologias que as pessoas podem utilizar em seu cotidiano” (CJPPC, 2022). Permitem a realização de vários processos formativos na prática, que é o caminho em que o povo aprende em sua trajetória de vida” (CTN, 2022).

As pessoas que frequentaram a ENEP têm a oportunidade de aprender diversas questões sobre as tecnologias desenvolvidas no espaço: como são construídas (processo relativamente simples), materiais utilizados (de baixo custo), potencial para a discussão e resolução de problemas comunitários. Além destas questões, as tecnologias populares provocam ainda, discussões políticas, ambientais e sociais de cunho emancipatório. Por meio delas é possível discutir as causas e consequências de problemas coletivos, bem como planejar ações concretas para resolvê-los (MACHADO et al, 2020).

Para o MAB (2022), “funcionam como possibilidade de o povo ser sujeito no processo, por que uma das coisas que caracteriza uma tecnologia popular é você não criar uma dependência de alguém ou de uma empresa que domine aquela tecnologia; possibilita ainda estudar a teoria junto com a prática”. Nas palavras do IUC (2022), as tecnologias sociais oportunizam que “as pessoas entendam que existem alternativas ao que o sistema nos impõem; se temos a tecnologia das terapias naturais, por exemplo, não precisamos ir à farmácia para comprar remédios”. “São ferramentas que temos para promover a igualdade, a democracia e outra relação do ser humano com os bens naturais; são ferramentas para construirmos a nova sociedade” (MAM, 2022).

Quando a ENEP realiza mutirões de trabalho socializado e desenvolve as tecnologias sociais/populares, no fundo ela deseja contribuir na construção de uma sociedade justa e fraterna, em que não haja opressão nem apropriação privada do trabalho coletivo. É nesse sentido de compreensão que se praticará o trabalho como princípio formativo da Universidade Popular, organizando e vivenciando todo trabalho realizado na ENEP ou a partir dela na perspectiva da produção social com apropriação social (MEPE, 2020).

Foto 17 - Mutirão de produção agroecológica.



Fonte: ENEP, 2018.

Foto 18 - Mutirão de plantio de feijão.



Fonte: EFADL, 2022.

As pessoas que sonham e lutam por um mundo de igualdade e justiça são convidadas a contribuir no processo de consolidação da Universidade Popular. Acreditamos que a melhor forma é ajudar no fortalecimento da ENEP em todos os sentidos, desde a participação ativa em seus processos formativos e espaços de decisão coletiva, até a participação nos diversos mutirões de trabalho que acontecem periodicamente a fim de potencializar a sua produção e melhorar sua infraestrutura. Tais atividades são divulgadas via e-mail e redes sociais. Outra forma importante de contribuir é com a doação de materiais didáticos/pedagógicos, materiais de construção e recursos financeiros para a autossustentação da Universidade Popular.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ENEP desenvolve experiências de formação de trabalhadoras/es em temas e conteúdos diversos que se vinculam às lutas dos movimentos sociais e aos elementos históricos e culturais de sua diversidade de sujeitos. Nesse contexto, compreendemos a partir de Freire (1996), que as matrizes formadoras da Universidade Popular devem acompanhar a dinâmica da

vida das classes populares. Portanto, não devem ser demarcadas a priori. Devem ser estabelecidas e reconhecidas juntamente com o povo ao longo de sua luta pela sobrevivência.

Em sua trajetória de formação popular, a ENEP vem desenvolvendo processos formativos em Agroecologia; Plantas Medicinais e produção de remédios tradicionais; Homeopatia; tecnologia social no cuidado dos organismos vivos e ambientes; Terapias Naturais; Realidade Brasileira; Artesanato em Bambuí; Teologia Popular; Pedagogia da Alternância, dentre outros temas específicos que vão sendo indicados pelos movimentos populares que protagonizam suas atividades.

No que se refere ao reconhecimento dos conteúdos que devem compor o Programa de Formação da Universidade Popular, o papel dos movimentos sociais de trazer para a ENEP suas práxis e socializar os conhecimentos e as temáticas que emergem de suas lutas, em meio à construção de um “currículo real” feito por pessoas reais, apresenta sentidos e significados variados que abalariam a estrutura engessada de currículos das universidades formais, conforme mostra o Quadro 08.

Quadro 08 - Sistematização dos conteúdos da Universidade Popular.

Pergunta geradora: O que queremos aprender e ensinar na Universidade Popular?	
Verbalizações do 2º Círculo Epistemológico	Verbalizações das entrevistas às organizações coordenadoras da ENEP
<p>Grupo 1- “Discutimos que precisamos aprender a valorizar os saberes populares e o conhecimento técnico do pensar ao fazer. Priorizar a formação política de lideranças para a prática da mobilização social. Olhar e refletir sobre a realidade a partir da perspectiva popular. Preservação do ambiente, farmácia viva e saúde integral”.</p> <p>Grupo 2- “Cursos profissionalizantes: artesanato, pintura, construção sustentável, processamento de alimentos, agroindústria. Despertar a autoestima dos povos do campo; agroecologia para contrapor ao agronegócio”.</p> <p>Grupo 3- “Queremos aprender a viver e a trabalhar em comunidade, a ecologia integral e a agroecologia. Tecnologias populares, que permitem acesso a técnicas e aprendizados veiculando</p>	<p>CJPPC: “Os elementos da cultura do nosso povo. Conhecimento popular articulado ao conhecimento científico; garantir que os termos científicos sejam compreendidos pelos sujeitos da ENEP”. EFADL: “Ciência que sirva aos interesses do povo e não da burguesia; Economia política e saberes dos nossos antepassados”. LPJ: “O histórico dos movimentos populares no Brasil; questões raciais, feministas e indígenas. Trabalho como princípio educativo, agroecologia, juventude brasileira e revoluções na América Latina”. MEPE: “Os temas de interesse do coletivo; o ver, julgar, agir e reagir, com fé, esperança e a caridade”. MAM: “Elementos da realidade concreta em que a Universidade Popular estiver inserida”. CTN: “Os temas que as pessoas querem estudar, que estiverem alinhados aos princípios que a gente acredita, como justiça, solidariedade, saúde, agricultura, autonomia dos povos, plantas medicinais. Formação política das pessoas”. IUC: “Os temas e conteúdos que vêm dos movimentos sociais e dos sujeitos que deles participam. As temáticas da realidade do povo pobre e oprimido, do povo do campo, do povo negro. Temáticas que atendam às suas necessidades”. MAB: “Acreditamos que se deve aprender e ensinar de tudo, inclusive os conteúdos que ajudem nessa percepção da</p>

<p>conhecimento popular e pensando nosso projeto de sociedade”.</p> <p>Grupo 4- “Saberes das organizações populares. Tornar conflitos mecanismos pedagógicos de inúmeras questões que queremos aprender. Associativismo e cooperativismo, curso de costura. Soberania alimentar e alimentação saudável”.</p>	<p>mudança da estrutura da sociedade, para nós isso é fundamental na Universidade Popular, sonhar com um projeto diferente de sociedade, que chamamos de “Socialismo”.</p> <p>SindUTE e QLE: “Deve compartilhar os saberes das tecnologias populares e ensinar os conteúdos que os movimentos sociais estiverem estudando; as temáticas devem partir das demandas das organizações populares que coordenam o espaço formativo”.</p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa colaborativa, 2021.

No âmbito dos movimentos sociais vinculados à ENEP, há a percepção empírica de que, as universidades formais brasileiras desenvolvem poucos cursos com conteúdos vinculados ao pensamento crítico latino-americano e aos processos de luta social. Consideramos tal pressuposto fundamental para a compreensão da intencionalidade de formação desses espaços, que em geral priorizam a promoção da formação tecnicista para o mercado capitalista. Para Freire (1996), o ensino-aprendizagem dos conteúdos técnicos é fundamental para a preparação das classes populares para o exercício do poder, no entanto se não estiver articulado à discussão política e cultural da história geral da classe trabalhadora não funcionará do ponto de vista da libertação. Funcionará apenas do ponto de vista da acomodação e da domesticação.

É nessa perspectiva da formação humana integral e transdisciplinar que assumimos a tarefa de consolidar o Conteúdo Programático da Universidade Popular que na resistência coletiva seguimos construindo. Partimos do pressuposto de que os problemas socioambientais não podem ser entendidos com profundidade quando considerados isoladamente (FREIRE, 2018). Acreditamos, nesse sentido, que o processo de tomada de consciência - fundamental para haver transformação social - quanto aos desafios vivenciados pelo povo, deve considerar todas as influências possíveis (políticas, econômicas, culturais, etc.).

A partir da análise geral dos temas propostos para compor o Conteúdo Programático da Universidade Popular, observou-se a presença significativa de conteúdos vinculados à realidade histórica, política e cultural dos diversos sujeitos e movimentos sociais que compõe a ENEP. Entre as temáticas reconhecidas, podemos destacar: saúde integral, trabalho, artesanato, educação popular, energia, movimentos sociais, lutas por terra e moradia, costura, construção sustentável, produção de alimentos saudáveis, preservação da natureza, dentre outros.

Verifica-se o interesse pela presença dos saberes técnicos, mas, sobretudo, o reconhecimento da importância da abordagem das questões políticas, culturais e sociais relacionadas aos temas indicados, para a promoção da emancipação de consciência das pessoas. Para Freire (1996), a Educação Popular busca promover a formação de leitores de mundo. A

educação é conhecimento quando faz parte da vida concreta do povo oprimido, quando ajuda a conhecer o mundo para transformá-lo.

Em síntese, verifica-se que as experiências de formação popular acumuladas pelos movimentos sociais que compõe a ENEP vão delineando suas práticas educativas, ao mesmo tempo que, na interação entre seus diversos sujeitos, indicam as matrizes formadoras da Universidade Popular. Tais matrizes e seus respectivos componentes formadores podem ser observadas no Quadro matricial 09, que apresenta o Conteúdo Programático da Universidade Popular, estruturado por meio da consolidação dos dados sistematizados a partir do 2º Círculo Epistemológico e das entrevistas aos movimentos sociais coordenadores da ENEP.

Quadro 09 - Conteúdo Programático da Universidade Popular.

MATRIZES FORMADORAS	TEMAS/COMPONENTES FORMADORES
Saúde integral	<ul style="list-style-type: none"> • Farmácia viva • Terapias naturais • Homeopatia • Alimentação saudável
Ecologia integral e meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Cuidar da terra, dos bens naturais e dos seres vivos • Justiça ambiental • Conservação da biodiversidade • Construção sustentável • Plantio de água e conservação das nascentes
Agroecologia e soberania alimentar	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura familiar • Agroindústria • Processamento de alimentos • Diversidade na produção • Produção e comercialização de alimentos saudáveis
Desenvolvimento humano e social	<ul style="list-style-type: none"> • Mediação de conflitos • Viver em comunidade • Justiça social • Democracia • Ver, julgar e agir • Economia solidária
História e cultura das classes populares	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade cultural • Mística e linguagens artísticas • Construção de tambores • Povos originários • Povo negro • Povos do campo • Juventude periférica • Juventude brasileira • Saberes e fazeres dos antepassados

<p>Tecnologias populares e trabalho como princípio formativo de emancipação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura • Construção de cisternas • Horta mandala • Aquecedor solar • Compostagem • Artesanato • Paiol artesanal • Costura • Associativismo • Cooperativismo
<p>Política e organização/mobilização social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Economia política • História dos Movimentos Sociais • Feminismo • Educação Popular • Questões étnico-raciais • Questões de gênero • Classes sociais • Educação do Campo e Pedagogia da Alternância • Formação política de lideranças/militantes • Olhar para a realidade a partir do método popular • Lutas sociais e revoluções • Funcionamento da sociedade capitalista • História da energia no Brasil • História das lutadoras/es do continente • Socialismo • Trabalho de base

Fonte: Dados da pesquisa colaborativa, 2022.

Compreende-se a partir do conteúdo programático sistematizado, que nenhum currículo pode ser considerado neutro. O que se observa, na verdade, é que todo currículo possui base ideológica e intencionalidade política, podendo apresentar conteúdos historicamente sistematizados que induzem as pessoas a se acomodarem ao mundo ou a se envolverem na sua transformação. Em diálogo com Freire (1987), compreendemos que um currículo real deve apresentar os temas de interesse do povo e respeitar a sua identidade cultural. De nada serve uma ‘Educação Bancária’ que não se relaciona com a realidade material das classes populares, onde a/o estudante memoriza inúmeras fórmulas e conteúdos que não têm nenhuma importância para a sua vida.

Nesse sentido, considera-se que o Conteúdo Programático da Universidade Popular poderá cumprir o papel central na formação de profissionais comprometidos com a sociedade, uma vez que apresenta conteúdos - na perspectiva transdisciplinar - que favorecem que os sujeitos conheçam a realidade a sua volta como algo dinâmico e sistêmico. Por fim, acreditamos que as matrizes formadoras da Universidade Popular - reconhecidas por sujeitos reais - poderão questionar e tencionar os currículos da educação formal superior, abalando suas estruturas

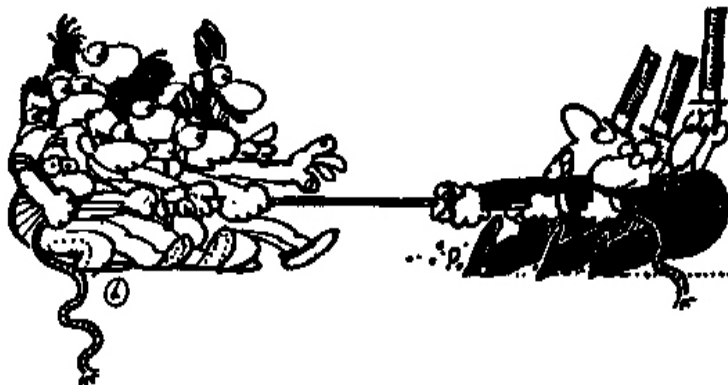
excludentes e opressoras, rumo a promoção da educação como prática da liberdade (FREIRE, 1984).

6. MÉTODOS

No âmbito da formação a partir dos movimentos sociais, as metodologias utilizadas nos processos de ensino e aprendizagem em espaços educativos não-formais partem das práticas culturais dos sujeitos envolvidos, ao passo que, os métodos emergem da problematização da realidade social destes, passando pela sistematização dos modos coletivos de pensar e enxergar a sociedade e o mundo à nossa volta (GOHN, 2006).

Os sujeitos da ENEP consideram a Educação Popular praticada em seus processos formativos uma pedagogia de luta pela emancipação de toda forma de opressão, que se fundamenta no método dialético popular, compreendido pela escola como a sua forma de olhar para a realidade. De acordo com o GARE (2022), o método dialético popular constitui o fundamento teórico-metodológico orientador do trabalho pedagógico da Universidade Popular. Tal fundamento parte da percepção de que a história tem dois lados em permanente tensão e intenso processo de luta. De um lado estão os opressores e do outro lado os oprimidos (FREIRE, 1987).

Figura 02 - Luta de classes.



Fonte: disponível em <https://revistagiz.sinprosp.org.br/?p=4344>

A partir da concepção de luta social, no que se refere às injustiças sociais sofridas pela classe oprimida, considera-se que os métodos da Universidade Popular devem possibilitar que o povo problematize a sua realidade histórica e material, a fim de perceber que o mundo não foi e não será sempre assim: tudo pode mudar, tudo o que foi construído pode ser desconstruído e reconstruído. Se somos capazes de transformar a natureza, que não é produto da nossa criação,

por que não seríamos capazes de mudar, reinventar ou ressignificar as coisas que criamos? (FREIRE, 2018).

Nesse sentido, os métodos populares da Universidade Popular devem nos levar a encarar os problemas concretos vivenciados pelo nosso povo como desafio, oportunidade e possibilidade de mudança. Para a ENEP, a contradição é a chance para a transformação. A contradição gera o conflito, que gera o movimento e consequentemente a mudança social (CEPIS, 2008). Através do protagonismo dos movimentos sociais, o pressuposto de enxergar a realidade na perspectiva da luta social destacou-se como fator central no processo de reconhecimento e sistematização dos métodos que devem compor o Programa de Formação da Universidade Popular, conforme verifica-se no Quadro 10.

Quadro 10 - Sistematização dos métodos da Universidade Popular.

Pergunta geradora: De que forma queremos aprender e ensinar?	
Verbalizações do 2º Círculo Epistemológico	Verbalizações das entrevistas às organizações coordenadoras da ENEP
<p>Grupo 1- “Através de métodos da Educação Popular e da problematização da realidade, para a formação de leitores de mundo. Mutirões de trabalho socializado para aprender fazendo, na ação prática. Através das tecnologias populares e das lutas sociais. Com diálogo horizontal e rodas de conversa”.</p> <p>Grupo 2- “Recorrendo à transdisciplinaridade, com atividades práticas voltadas à nossa realidade e contextualizadas à nossa cultura. Utilizando elementos da nossa cultura, como tambores, bambus, bandeiras e ferramentas de trabalho. Por meio das lutas sociais e do conflito como mediação pedagógica”.</p> <p>Grupo 3- “Através da diversidade cultural como potencial para a ecologia de saberes, diálogo entre saberes científicos e populares. Com o olhar da ancestralidade e com processos pedagógicos que valorizem a vida e a oralidade. Com métodos abertos, trazendo a perspectiva da continuidade dos processos pedagógicos e não da finalização/conclusão deles”.</p> <p>Grupo 4- “Através da explicação, considerando que todo aprendizado tem um conhecimento a ser destrinchado e explicado. Com as crianças, com processos pedagógicos adequados a cada faixa etária e suas necessidades. Com místicas, oficinas e brincadeiras”.</p>	<p>CJPPC: “Mutirões, participação na cozinha, preparação dos alimentos para que outras pessoas participem dos espaços. Isso possibilita unir os aprendizados teóricos das formações ao trabalho prático. Garantir que os temas científicos sejam compreendidos pelo povo que participa da ENEP”. EFADL: “O método popular de Paulo Freire é fundamental pois possibilita a problematização da realidade e a nossa participação no projeto popular”. LPJ: “Oficinas práticas, o contato com as organizações, o trabalho no dia a dia, a divisão de tarefas; a mística que nos dá força para a luta, nos dá esperança, nos orienta e fortalece”. MEPE: “O diálogo horizontal é fundamental, colocar as cadeiras em roda para olhar no rosto das pessoas. Ver, julgar e agir”. MAM: “O método do mutirão e da construção coletiva, por que são mais transformadores e constroem autonomia”. CTN: “As vivências práticas, as místicas, os mutirões de trabalho e as oficinas com as plantas medicinais”. IUC: “Organização das cadeiras em círculos, considerando que todo mundo tem alguma coisa a aprender e a ensinar. Compartilhar as tarefas da cozinha, a partilha dos alimentos, instalações artístico-pedagógicas sobre a realidade do povo e das organizações, com símbolos, ferramentas e alimentos”. MAB: “Mutirões e o trabalho coletivo, que traz muitos aprendizados, como algo transversal nas atividades realizadas pela escola”. SindUTE e QLE: “Preparação do Curso de Realidade Brasileira (CRB); aulas práticas do curso de confecção de móveis de bambuí”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa colaborativa, 2021.

A partir da análise dos dados em questão, verifica-se a presença de diversos métodos vinculados à concepção pedagógica dialógica da Educação Popular, tais como: diálogo horizontal, transdisciplinaridade, mutirões de trabalho coletivo, místicas, divisão das tarefas, oficinas e problematização da realidade. Verifica-se ainda o reconhecimento da importância da interação permanente entre saber popular e saber científico (diálogo de saberes) e da articulação das experiências formativas aos processos de luta popular.

No que se refere à concepção pedagógica da Educação Popular, que fundamenta os métodos da Universidade Popular, podemos destacar, ainda, dois aspectos fundantes importantes. O primeiro se refere à concepção de sociedade e ao conhecimento inteligível incorporados nas experiências formativas acumuladas pelos movimentos sociais. Tal aspecto é observado nas entrevistas às organizações populares como “garantir que os temas e termos científicos sejam compreendidos pelo povo que participa da ENEP” (CJPC, 2022).

Utilizar linguagem inteligível para que os sujeitos trabalhadores consigam compreender o conteúdo implica no segundo aspecto a ser considerado no processo de reconhecimento dos métodos da Universidade Popular, que se refere à proposta pedagógica apontada em entrevista ao Movimento Evangélico Popular Eclesial (MEPE, 2022): “ver, julgar e agir”. Tal proposta metodológica é utilizada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) vinculadas à Teologia da Libertação, que formou diversas lideranças de movimentos populares nos anos 70 e 80 (GRUPO DE ESTUDO, 2021).

Considera-se que a Teologia da Libertação fundamentou diversos processos metodológicos no âmbito dos movimentos sociais, com os princípios e concepções, a saber: a) levantamento de elementos para a compreensão da realidade material do povo como mediação ‘socioanalítica’ (ver); b) despertar da consciência política, um discernimento ou mediação hermenêutica (julgar); c) proposição de ações concretas voltadas à transformação da realidade, como uma ação prática, uma mediação política (agir) (MILLÁN e EDKAR, 2013).

Além dos métodos já mencionados, há espaços dentro da estrutura organizativa da ENEP que também são considerados processos educativos importantes: a) os espaços de monitoramento permanente da conjuntura política; b) as reuniões mensais de coordenação da escola; c) as reuniões do Grupo de Ação e Reflexão (GARE); d) os mutirões de trabalho coletivo. Nestes espaços, são debatidos e problematizados os diversos temas vinculados à realidade material das/os trabalhadoras/es do campo e da cidade envolvidas/os nas experiências de formação da escola.

A ENEP compreende, organiza e pratica o trabalho como processo educativo com a intencionalidade política de emancipação do ser humano, de modo que ajude a desmascarar as relações de opressão/exploração sofridas pelas/os trabalhadoras/es na sociedade capitalista, a partir de experiências práticas de trabalho livre e socializado. Para seus fundadores, o trabalho como processo formativo deve possibilitar que o povo compreenda que todo trabalho é social, no sentido de quem ninguém é capaz de fazer nada sozinho. Nesse sentido, sua apropriação também deve ser social, para que sejamos livres da alienação e da exploração (ENEP, 2021).

Observa-se, a partir dos dados aqui analisados, que para os sujeitos da ENEP, os métodos da Universidade Popular devem partir do pressuposto de que os fatos e os problemas sociais não podem ser entendidos com profundidade quando considerados isoladamente. Tal inferência justifica-se a partir das verbalizações, a seguir, que respondem ao questionamento sobre como devemos aprender e ensinar na Universidade Popular. “Através de métodos da Educação Popular e da problematização da realidade, para a formação de leitores de mundo” (Grupo 1 do 2º CE, 2021). “O método popular de Paulo Freire é fundamental pois possibilita a leitura crítica da realidade e a nossa participação no projeto popular” (EFADL, 2022). “Recorrendo à transdisciplinaridade, com atividades práticas contextualizadas à nossa cultura (Grupo 2 do 2º CE, 2021).

A partir dessa concepção, acreditamos que o processo de construção do conhecimento crítico e emancipador quanto aos desafios e problemas concretos vivenciados pelo povo, deve considerar todas as influências possíveis (políticas, econômicas, culturais, etc.). Para Freire, “não basta saber ler que “Eva viu a uva”. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1991, p. 01).

Nesse sentido, observa-se que os métodos da Universidade Popular devem orientar para a percepção de que o poder econômico determina e organiza a vida humana na sociedade capitalista, sendo o responsável pelas desigualdades e injustiças sociais. Consideramos, diante disso, que se o sistema econômico da sociedade atual projeta o lucro como sendo mais importante do que a vida, precisamos urgentemente construir a sociedade do Bem Viver¹².

Verifica-se ainda, a partir dos dados analisados, que os métodos utilizados na Universidade Popular devem possibilitar a experiência de intercâmbio e a postura de humildade

¹² Refere-se às culturas dos povos indígenas e significa saber viver e conviver em equilíbrio e harmonia com o ser humano, a Natureza e o universo, para o prolongamento das culturas humanas e da biodiversidade. Trata-se de proposta de sociedade sustentada em uma convivência justa e fraterna em harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no planeta (ACOSTA, 2016).

entre educadoras/es e educandas/os, como podemos observar através das falas, a seguir. “Organização das cadeiras em círculo, considerando que todo mundo tem alguma coisa a aprender e a ensinar” (IUC, 2022). “O diálogo horizontal é fundamental, colocar as cadeiras em roda para olhar no rosto das pessoas” (MEPE, 2022). Percebe-se a partir do exposto, que os métodos populares motivam o povo a ser sujeito de sua história, resgatando sua identidade e autoestima.

Para as organizações populares fundadoras da ENEP, a Educação Popular praticada em suas experiências formativas deve qualificar a classe oprimida e elevar o seu nível de consciência para que possa romper com a lógica do capital e construir uma nova ordem social. Para tanto, consideram que os métodos da Universidade Popular devem basear-se em acolher o que o povo já sabe e problematizar com o povo os seus saberes para ajudá-lo a dar novos passos rumo a sua libertação (MEPE, 2020). Em síntese, em diálogo com Freire (2018), podemos considerar que os métodos da Universidade Popular - sistematizados no diagrama abaixo - devem ser caminhos no campo do conhecimento e no âmbito político, “através dos quais amanhã - e aí vem a utopia - as classes populares encontrem o poder” (FREIRE, 2018, p. 208).

Figura 03 - Diagrama: métodos da Universidade Popular.



Fonte: Dados da pesquisa colaborativa, 2023.

7. SUJEITOS

Com relação aos sujeitos que devem participar da Universidade Popular, há de se considerar que o adjetivo popular no âmbito dos movimentos sociais se refere ao povo e não à elite. De acordo com Freire (1984), no sentido político e sociológico - aqui considerado - quando dizemos povo não estamos incluindo a classe dominante com seus ‘grandes’ empresários capitalistas. Estamos nos referindo à formação para um certo tipo de classe social constituída de diversidade de sujeitos e culturas.

Compreendendo melhor para quais interesses se deve encaminhar a formação promovida pela Universidade Popular, nos desafiamos a identificar com mais precisão o perfil dos sujeitos que devem protagonizar os seus processos formativos. Para tanto, sistematizamos as verbalizações produzidas pelos sujeitos da ENEP conforme o Quadro 11.

Quadro 11 - Sistematização dos dados relacionados aos sujeitos da Universidade Popular.

Pergunta geradora: Com quem queremos aprender e ensinar?	
Verbalizações do 2º Círculo Epistemológico	Verbalizações das entrevistas às organizações populares coordenadoras da ENEP
<p>Grupo 1- “Com as comunidades, com as crianças, os idosos e as lideranças orgânicas dos movimentos sociais”.</p> <p>Grupo 2- “Com técnicos egressos de Escolas Família Agrícolas e Educadoras/es populares da UFV alinhados aos princípios da ENEP”.</p> <p>Grupo 3- “Com a natureza, observando os seus fenômenos. Com as organizações populares da ENEP e os movimentos alinhados aos princípios da escola”.</p> <p>Grupo 4- “Com os nossos ancestrais, com as mestras e mestres populares detentoras/es dos diversos saberes. Com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s)”.</p>	<p>CJPPC: “Não ter limite de idade e nem de escolaridade, todos que quiserem participar são bem-vindos, crianças, jovens e idosos”. EFADL: “Trabalhadoras e trabalhadores, todos têm ensinamento, pessoas do campo, mulheres, homens, e jovens da periferia”. LPJ: “Povo, comunidade, juventude periférica, mulheres trabalhadoras, negritude, e todas as pessoas que se interessem por uma educação que não está aí para atender o mercado”. MEPE: “Trabalhadores, agricultores, o público do entorno da ENEP. Aqueles/as que fazem a economia girar, que fazem a comida chegar à mesa, esse povo é muito importante para a ENEP”. MAM: “Comunidades da região ao redor da ENEP, juventude e o povo que trabalha para sobreviver”. CTN: “A periferia, pessoas em vulnerabilidade social, negros, quilombolas, indígenas e pessoas excluídas das universidades convencionais”. IUC: “O povo de luta que não tem oportunidades, sem excluir os outros, desde que venham para contribuir. Todos que queiram se envolver com o conhecimento popular. As comunidades, os povos atingidos e dos movimentos populares. MAB: “A prioridade são as pessoas que participam dos movimentos que compõem a coordenação da ENEP, além disso, a comunidade ao redor da escola. Deve haver também a participação ativa da juventude urbana para a transformação da sociedade, tendo em vista que é na cidade que acontece o processo maior de exploração”. SindUTE e QLE: “Principalmente os estudantes mais carentes e que vierem de escola pública. Comunidades da região ao redor da ENEP e a juventude dos movimentos sociais”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa colaborativa, 2023.

A partir da análise dos dados sistematizados, percebe-se que os sujeitos indicados para vivenciarem as experiências de formação da Universidade Popular atualmente se aproximam da ENEP por meio de três referências principais, a saber: as Comunidade Eclesiais de Base (CEB's), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e os movimentos sociais. Em geral, esses sujeitos são das comunidades do campo e da cidade de Viçosa, de cidades vizinhas, e a depender da atividade, pessoas vindas de outras regiões do estado. São mobilizadas a partir da articulação das organizações populares que compõem a ENEP e também via redes sociais.

No que se refere às/aos cursistas e educandas/os, observa-se a intencionalidade de acolher na Universidade Popular, prioritariamente, as classes populares que historicamente foram excluídas das universidades e dos demais espaços formais de ensino. Considera-se fundamental a participação de pessoas comuns que constituem a pluralidade cultural popular em termos de identidades, etnias, saberes, idades, gêneros e territórios.

Prioriza-se o amplo acesso de militantes dos movimentos sociais, mulheres, juventude urbana e do campo, jovens negras/os, periféricas/os e LGBTQIA+, indígenas, quilombolas e da classe trabalhadora, revertendo a lógica em que estudar na universidade é um privilégio exclusivo das elites. Prioriza-se, ainda, o protagonismo de trabalhadoras e trabalhadores - do campo e da cidade - que, para os fundadores da ENEP, têm a capacidade de irradiar práticas transformadoras, exemplares e solidárias, a fim de mudar as condições de existência das classes populares.

Figura 04 - Sujeitos da Universidade Popular.



Fonte: disponível em <https://www.calameo.com/read/004163578e1900fdbbeab4>

Quanto às/aos educadoras/es que devem participar da Universidade Popular, prioriza-se a presença e o protagonismo de: militantes dos movimentos sociais; crianças; mestras/es ancestrais dos saberes populares; intelectuais orgânicos; professoras/es e teóricos progressistas dos saberes e fazeres técnicos, políticos e culturais das diversas áreas do conhecimento humano. Afinal, concordamos com Freire (1984, p.89), ao afirmar que “seria, na verdade, uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”.

Vale destacar, que a (o) educadora/or democrática/o deve assumir a missão de reforçar a capacidade crítica, a curiosidade e a insubmissão da/o educanda/o em um processo formativo. Além disso, deve deixar transparecer às/aos educandas/os a beleza de conhecermos o mundo onde vivemos intervindo no mesmo (FREIRE, 1996).

Por fim, reafirmamos que a Universidade que ousamos construir denomina-se popular porque defende uma pedagogia que tem lado, optando por um dos polos na luta de classes. Escolhe estar ao lado da classe explorada e oprimida, assumindo a intencionalidade de formar atores políticos para a transformação estrutural da sociedade. Para tanto, prioriza qualificar todas as pessoas que lutam e se dispõem a transformar, pela raiz, o sistema capitalista (CEPIS, 2008).

Fotos: 19 e 20 - Sujeitos da Universidade Popular.



Fonte: ENEP, 2019.

8. ESTRUTURA FÍSICA

Para a promoção das experiências de formação da Universidade Popular, atualmente a ENEP dispõe dos seguintes espaços: plenária, salão cultural, oca, pomar, estacionamento, horta, duas lagoas (servem para a criação de peixes e como paisagem natural) e áreas de cultivo

manejadas. A cozinha funciona como local de armazenamento e preparação dos alimentos, servindo também como refeitório e espaço de apoio para a realização de cursos, místicas e atividades culturais (SOARES et al, 2023).

Foto 21 - Lagoa da ENEP: mutirão de limpeza.



Fonte: EFADL, 2022.

Outros espaços de apoio são: o refeitório, uma casa modesta com dormitórios (que serve como alojamento para cursistas), os sanitários, o depósito de materiais recicláveis, o banheiro seco e a secretaria. Também existem algumas instalações de apoio às atividades agroecológicas, como o depósito de ferramentas, o galinheiro e o moinho elétrico. O curral, o chiqueiro e a área de pastagem encontram-se desativados (SOARES et al, 2023).

Foto 22 - Partilha de alimentos saudáveis no refeitório da ENEP.



Fonte: ENEP, 2022.

No que se refere as perspectivas futuras quanto à estruturação da Universidade Popular, foi desenvolvido em 2022, o projeto arquitetônico participativo de reforma e ampliação das instalações da ENEP. O projeto foi coordenado pela Professora Josarlete Magalhães Soares, do Curso de Arquitetura da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e desenvolvido através de oficinas mensais - conduzidas pela professora e estudantes da UFV - com representantes dos movimentos populares vinculados à ENEP. Como resultados do trabalho, foram construídas as propostas, a seguir.

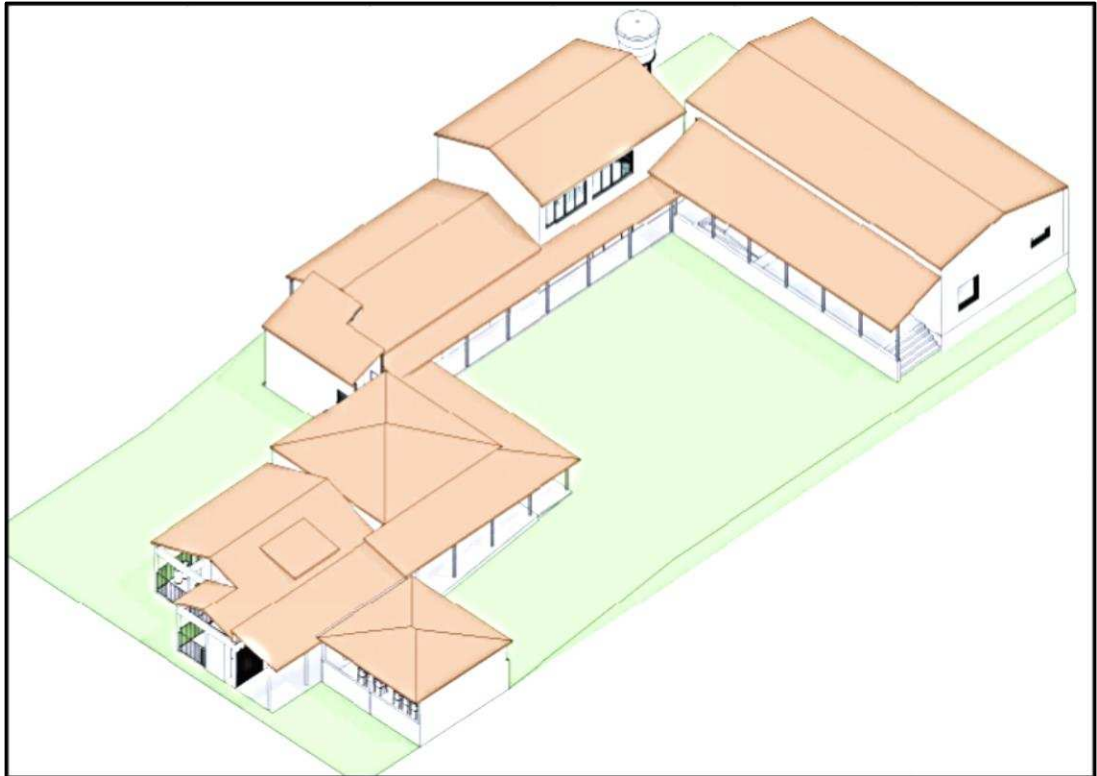
Quadro 12 - Propostas para reforma e ampliação das instalações da Universidade Popular.

ESPAÇOS	PROPOSTAS
Cozinha	Reforma da cozinha com reorganização do espaço, a fim de produzir um ambiente acolhedor chamado “cozinha escola”, que será utilizado para a promoção de cursos e para o processamento de alimentos produzidos na Universidade Popular. A reforma da cozinha prevê ainda a ampliação do espaço, com a construção de dispensa, depósito de lenha, banheiros e área de lavanderia.
Refeitório	Reconstrução do espaço a fim de aumentar as suas dimensões. Construção de pias para higienização das mãos e lavagem de louças. Possibilidade de instalação de um bebedouro.
Casa	Em função do seu valor histórico e cultural, será destinada às instalações administrativas da Universidade Popular. Desse modo, o espaço será reestruturado de forma a compor-se de secretaria, sala de estudos/biblioteca e almoxarifado. Será realizada a reforma dos banheiros existentes no local.
Plenária	Destaca-se a necessidade de reforma do espaço, com a avaliação de sua estrutura atual. Necessita de acabamentos e adequação da parte elétrica. É prevista a construção de um banco de sementes e de um depósito de ferramentas no ambiente.
Salão Cultural	Reforma dos acabamentos e ajustes estruturais do espaço. Construção de dois depósitos no local e utilização da varanda de acesso como palco em apresentações culturais e atividades com maior público. A área atrás do salão foi considerada estratégica para instalações do saneamento ecológico.
Alojamentos	Construção de um alojamento menor ao lado da Plenária, em dois pavimentos. No primeiro haverá um quarto para caseiro (a), um quarto acessível com dois leitos, vestiários e banheiros. O segundo pavimento terá quartos com capacidade para 32 pessoas no total. Serão 16 leitos em cada quarto, considerando o uso de beliches. O alojamento maior foi projetado para ser construído na área entre a lagoa e a ‘Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice’. Terá quatro quartos e capacidade para 80 pessoas no total, além de, área de serviço, vestiários, copa e área de convivência. Existe ainda, a possibilidade do espaço ser eventualmente alugado ou cedido para uso dos movimentos sociais.
Espaço ‘Bem Viver’	Espaço sonhado para acolher as experiências em ‘Saúde Integral’ da Universidade Popular. O projeto preliminar encontra-se pronto e foi pensado em diálogo com o Coletivo de Terapias Naturais.

Fonte: SOARES et al, 2023.

Além das propostas apresentadas, foi previsto no projeto a construção de uma passagem coberta interligando os seguintes espaços da Universidade Popular: cozinha, refeitório, casa, plenária, alojamento menor e salão cultural. A partir da Figura 05 é possível observar o conjunto de instalações projetadas para compor a Universidade Popular.

Figura 05 - Visão geral do projeto arquitetônico da Universidade Popular.



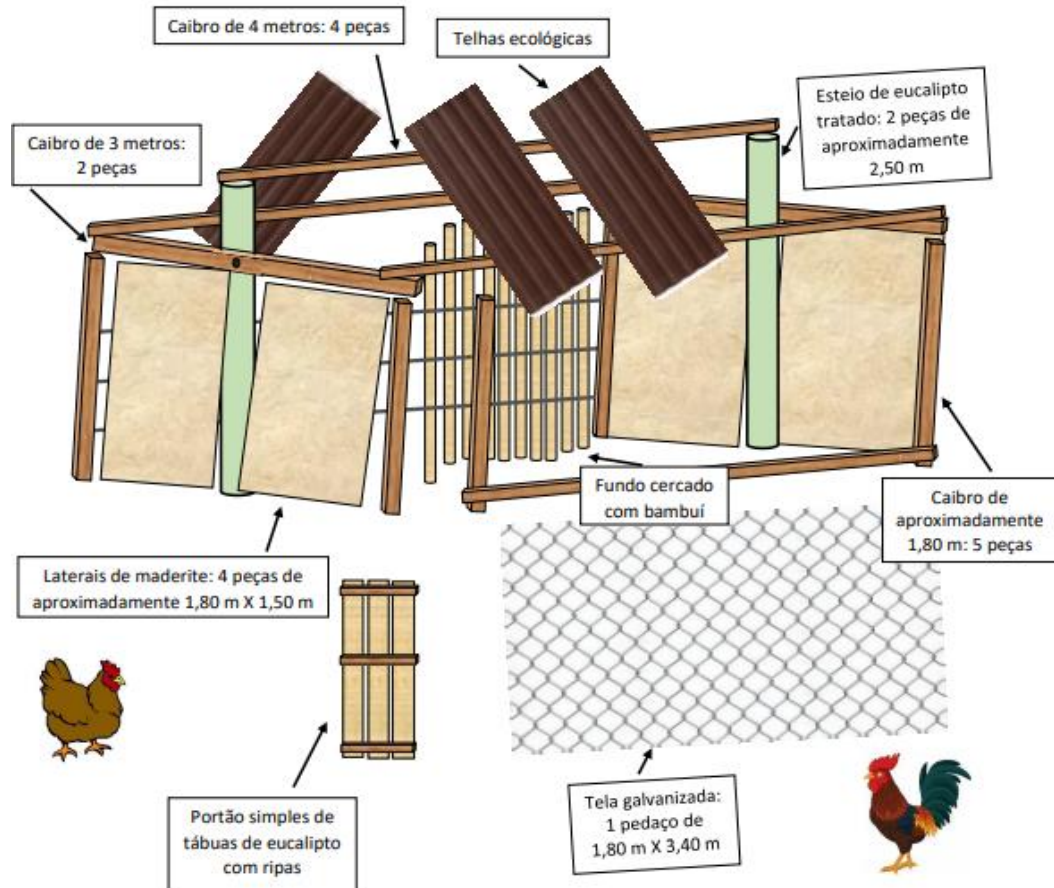
Fonte: SOARES et al, 2023.

Foi prevista também, a instalação de brinquedos para crianças nas áreas próximas às edificações. Houve a proposta de se realizar o manejo paisagístico do espaço ao redor do alojamento maior, com a construção de áreas de permanência compostas de vegetação e mobiliário. Surgiram ainda, propostas relacionadas à reorganização das tecnologias sociais da ENEP, de modo a concentrá-las em uma única área.

Foi prevista a implantação de pequenos galpões, com arquitetura semelhante (Figura 06), para acolher as tecnologias (paiol, galinheiro, moinho, composteira, viveiro de mudas, dentre outras) na área que se estende ao longo da cerca de divisa com a Escola Municipal Professor Paulo Mário del Giudice (Foto 26). Quanto à horta mandala agroecológica, foi sugerido que seja reconstruída e cultivada no espaço ao lado da casa, localizado próximo aos galpões das demais tecnologias. O saneamento ecológico e o sistema de captação e uso de água

da chuva deverão ser posicionados estrategicamente perto dos locais que recebem as águas servidas e de chuva (SOARES et al, 2023).

Figura 06 - Proposta de galpão para as tecnologias sociais, validada pela ENEP.



Fonte: obra do pesquisador, 2022.

Foto 23 - Área para implantação das tecnologias sociais.



Fonte: MEPE, 2023.

Com base no reconhecimento do trabalho socializado como importante prática educativa e emancipatória, foi validada e encaminhada a proposta de construção e desenvolvimento das tecnologias sociais como processo formativo fundamental na Universidade Popular. Para tanto, são organizados e desenvolvidos mutirões, cursos e oficinas para conhecer, planejar, construir e manejar as tecnologias desenvolvidas no espaço, conforme verifica-se na Foto 24 e na Figura 07.

Foto 24 e figura 07 - Oficina de trabalho: construção e manejo do galinheiro.



Fonte: EFADL, 2023.

Por fim, a partir do projeto arquitetônico participativo de reforma e ampliação das instalações da ENEP, foram estabelecidas algumas diretrizes organizativas e pedagógicas quanto aos sistemas construtivos, de saneamento e de geração de energia da Universidade Popular, conforme verifica-se no Quadro 13.

Quadro 13 - Diretrizes organizativas, construtivas e pedagógicas da Universidade Popular.

- | |
|---|
| <p>1- Construção e desenvolvimento das tecnologias sociais como processo formativo. Organização de cursos para conhecer, construir e manejar as tecnologias utilizadas na Universidade Popular: saneamento ecológico; captação e uso de água da chuva, galinheiro, paiol artesanal, dentre outros.</p> |
| <p>2- Mutirões de trabalho coletivo alinhados aos princípios político-pedagógicos da Universidade Popular. Trabalho como princípio e processo educativo. Contratação de trabalhadoras/es para a manutenção das tecnologias sociais que necessitam do cuidado permanente, como a horta e o galinheiro.</p> |

3- Mobilização de profissionais experientes para coordenar os mutirões de implantação das tecnologias sociais e mediar as oficinas e os cursos inseridos no processo.
4- Priorizar as bioconstruções, utilizando-se de materiais alternativos aos utilizados na indústria da construção. Trabalhar com materiais e elementos da natureza, com a consciência de sua conservação. Priorizar a utilização de matéria prima abundante no ambiente da ENEP: bambuí e terra crua, que apresenta ótimo desempenho em termos de conforto térmico.
5- Inserir e valorizar os saberes tradicionais e a ancestralidade nos processos de construção civil. Trazer o conhecimento cultural das comunidades dos sujeitos vinculados à ENEP, na interação permanente entre saber popular e saber científico.
6- Garantir construções - ainda que modestas - feitas com qualidade, tanto nos sistemas construtivos convencionais quanto nos tradicionais.
7- Considerar nos processos construtivos a localização estratégica das tecnologias sociais com base nas instalações e edificações do espaço. Banheiros da casa e do refeitório: biodigestor (produção de gás de cozinha). Água cinza (cozinha e vestiários): círculo de bananeiras. Sanitários dos vestiários: Tanque de Evapotranspiração. Telhado do Salão Cultural: possibilidade de geração de energia elétrica fotovoltaica.
8- Avaliar a possibilidade de utilização do telhado do Salão Cultural para a captação de água da chuva, para uso nos vasos sanitários dos vestiários e para limpeza em geral. Relocação da placa solar para aquecimento de água dos chuveiros nos vestiários e banheiros.

Fonte: SOARES et al, 2023.

9. CARÁTER, MODALIDADES E CERTIFICAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO

As experiências de formação da ENEP são promovidas em diversos formatos, processos e modalidades, buscando atender à diversidade de demandas (técnicas, profissionais, políticas e culturais) dos movimentos populares que protagonizam suas atividades pedagógicas, bem como se adequar a realidade concreta da diversidade de sujeitos que participam dos processos formativos, que em geral são trabalhadoras/es do campo e da cidade. São desenvolvidas experiências formativas nas seguintes modalidades: a) presenciais na sede física da escola; b) de intercâmbio/extensão nas lutas sociais, universidades, territórios e comunidades de base dos movimentos populares; c) virtuais por meio de plataformas digitais; d) através das Alternâncias Educativas (Pedagogia da Alternância).

Quanto ao caráter da oferta e à organização pedagógica dos conteúdos, os processos formativos são promovidos na forma de: oficinas, seminários, assembleias, vivências, mutirões de trabalho socializado, monitoramentos permanentes da conjuntura, atividades culturais, cursos livres e de extensão em parceria com a Universidade Federal de Viçosa - UFV. A certificação das experiências, até o momento atual, no que se refere aos cursos livres, é realizada

pelas organizações populares que os coordenam, mediante a emissão de certificados de participação. Com relação aos cursos de extensão, a certificação é promovida em parceria com a UFV, que realiza a emissão dos certificados formais de participação.

Além da diversidade de processos destacados, a partir da análise dos dados coletados nas entrevistas relacionados ao caráter das experiências formativas que devem compor o Programa de Formação da Universidade Popular, observou-se o interesse por parte das organizações coordenadoras da ENEP de promover cursos de nível profissionalizante, técnico e superior, conforme destacado nas verbalizações, a seguir.

“Todos os níveis e modalidades - técnico, superior, profissional, não formal - com o foco formação integral do ser humano. Quem precisa do diploma e de certificados, precisa ter esse direito garantido” (CJPPC, 2022). “Deve oferecer todos os tipos de cursos, especialmente o curso superior, pois todos têm sonhos para a ampliação de novos horizontes” (EFADL, 2022). “É importante ter o curso superior, mas o enfoque maior deve ser no técnico e no profissional, para envolver no primeiro momento a comunidade do entorno e depois expandir” (LPJ, 2022). Cursos técnicos, superiores e profissionalizantes, para a diversidade de necessidades e demandas do nosso povo (MEPE, 2022).

Para o CTN (2022), a Universidade Popular deve “começar ofertando os cursos mais simples e depois ir dando os passos conforme forem surgindo as demandas”. Para o SindUTE (2022), devemos “começar com cursos de formação profissional e técnica, contratando professores que já atuam na escola; priorizar cursos que aproveitem o que já existe no local, como um curso de agroecologia, que envolveria o potencial que a escola já tem para o cultivo de alimentos saudáveis”.

A análise das verbalizações apresentadas evidencia que as/os trabalhadoras/es, educadoras/es e agentes sociais politizadas/os desejam oportunizar a formação em nível técnico e superior como instrumento de luta em favor da soberania e da emancipação popular, caso contrário os esforços realizados pela Universidade Popular a fim de garantir o acesso das classes populares à educação superior serviria apenas para a captação dos menos favorecidos pelo mercado de trabalho. Observa-se ainda, o reconhecimento da importância da autossustentação dos processos formativos (fundamental para a autonomia pedagógica), que se evidenciou pelo desejo de começar ofertando os cursos que exigem menos recursos e utilizar nas formações os elementos naturais e materiais que já existem no local.

Diante do propósito manifestado pelas organizações, de expansão dos processos formativos populares promovidos pela ENEP - com a oferta de cursos profissionalizantes, técnicos e superiores - rumo a consolidação da Universidade Popular, torna-se fundamental

refletir sobre a viabilidade das propostas apresentadas. Para tanto, sistematizamos informações básicas sobre cada um dos níveis de formação indicados pelos sujeitos da ENEP para compor o Programa de Formação da Universidade Popular, conforme apresentado no Quadro 14.

Quadro 14 - Informações sobre os níveis de cursos de acordo com o MEC.

	Cursos Profissionalizantes	Cursos técnicos	Cursos Superiores (graduação)
Descrição	Promovem o desenvolvimento de habilidades e técnicas para a atuação profissional. Abordam conteúdos básicos para o exercício do trabalho.	Formação profissional de nível médio, proporcionando conhecimentos técnicos e práticos voltados ao exercício do trabalho.	Formação ampla e aprofundada em diversas áreas do conhecimento científico, para atuação no âmbito profissional, educacional ou da pesquisa.
Duração	Carga horária reduzida. Pode variar de acordo com o conteúdo do curso.	Possuem a duração de 2 anos, em média.	Possuem a duração de 4 anos, em média.
Regulamentação	Não possuem vínculo com o MEC ou outros órgãos educacionais, por isso, não necessitam de autorização para existirem.	Precisam ser autorizados, regulamentados e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC.	Precisam ser autorizados, regulamentados e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC.
Certificação	Certificado de participação no curso, aceito e reconhecido pelo mercado de trabalho.	Certificado de conclusão de curso reconhecido pelo MEC, com validade nacional.	Diploma de nível superior reconhecido pelo MEC, com validade nacional.
Nível de escolaridade necessário	Não exigem escolaridade mínima.	Exigem escolaridade a nível de segundo grau (ensino médio completo).	Exigem escolaridade a nível de segundo grau (ensino médio completo).

Fonte: Elaborado a partir de dados de <http://portal.mec.gov.br/rede-certific/modalidades-de-certificacao>

Pensando na possibilidade de ofertar os cursos destacados à curto prazo, com base nas informações sistematizadas, por hora considera-se mais viável a promoção dos profissionalizantes, uma vez que não necessitam de autorização legal e de reconhecimento por

parte do Ministério da Educação (MEC) para existirem. Ademais, são mais interessantes quanto à autossustentação de suas atividades, que em geral, não exigem grandes estruturas físicas nem recursos ou instalações pedagógicas distantes da realidade material da ENEP.

Outra potencialidade se refere ao nível de escolaridade necessário para participar desses cursos. Por não exigirem escolaridade mínima, podem ser cursados por qualquer pessoa que tiver o interesse de se profissionalizar para o exercício do trabalho nas diversas áreas da vida em sociedade. Nesse sentido, constituem uma oportunidade interessante para os sujeitos da Universidade Popular que não cursaram ou não concluíram a educação básica formal. No entanto, há de se considerar que a formação profissional não deve se voltar apenas à produção do saber técnico afim de atender meramente às exigências do mercado de trabalho. Deve possibilitar também, a emancipação de consciência dos sujeitos.

Para Freire (2018), o ensino e aprendizagem dos conteúdos técnicos é fundamental para a preparação das classes populares para o ‘exercício do poder’, todavia, se não estiver articulado à discussão política e à história geral da classe trabalhadora não funcionará do ponto de vista da libertação. Funcionará apenas do ponto de vista da acomodação e da domesticação.

Quanto à promoção dos cursos de nível técnico e superior, deve-se investigar quais são os requisitos legais e as exigências em termos de estrutura física, corpo docente e recursos didáticos/pedagógicos para que sejam autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Há de se refletir, no entanto, sobre os possíveis riscos que a regulamentação jurídica das experiências poderia representar para a autogestão democrática da Universidade Popular, uma vez que a autonomia de gestão é imprescindível para que a ENEP possa estabelecer suas próprias prioridades.

Além disso, compreende-se que o processo de inserção de elementos da educação formal no Programa de Formação da Universidade Popular deve ser mediado e orientado pelos fundamentos teórico-metodológicos da Educação Popular. Compreendemos que o conhecimento científico deve ser redimensionado a partir da centralidade do saber e da cultura popular, para que represente os reais interesses do nosso povo. Nesse sentido, não se pode permitir a redução dos currículos dos cursos a elementos técnicos, cujo o propósito central é reduzir a possibilidade de construção do pensamento crítico e autônomo das/os estudantes. Para Romão e Benincá (2015), a consolidação da Universidade Popular exige outras estruturas e outro formato institucional. Requer ainda,

[...] outras epistemologias, outras matrizes curriculares, outros métodos, técnicas e procedimentos educacionais e avaliativos. Tudo isso tem de se articular com a capacidade de aprender com os processos sociais. Precisa ler muito mais o mundo do

que a palavra (Freire), a fim de incorporar que quem fará a transformação não são os docentes, nem os gestores, mas os verdadeiros protagonistas históricos, que precisam dos docentes e dos intelectuais como atores orgânicos (ROMÃO e BENINCÁ, 2015, p. 119).

Diante do exposto, considera-se fundamental a reflexão profunda acerca do tipo de educação superior que deve ser ofertada pela Universidade Popular. A educação bancária - questionada por Freire - em nada promoverá a libertação dos oprimidos, apenas instrumentará as/os trabalhadoras/es para a produção. É necessário a formação de profissionais para a promoção da igualdade e da justiça social. Nesse sentido, entende-se que não é qualquer tipo de educação superior que terá lugar na Universidade Popular. Precisa ser a educação político-libertadora (ROMÃO e BENINCÁ, 2015).

Quanto ao processo burocrático para a promoção de cursos técnicos, verifica-se que deve ser feita a solicitação de habilitação e autorização de oferta de cursos sem financiamento público, através do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, administrado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. O MEC examina as solicitações apresentadas e autoriza a oferta do curso, caso sejam atendidos os requisitos estabelecidos (MEC, 2020).

Quanto ao credenciamento para a oferta de cursos de nível superior, são realizados os seguintes processos: a) a constituição de uma mantenedora (pessoa jurídica); b) encaminhar ao portal do MEC os documentos solicitados; c) a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) recebe os documentos e os encaminha para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); d) na sequência, o processo é encaminhado ao Conselho Nacional de Educação para que autorize a promoção dos cursos. A princípio, classificam as instituições como faculdade, que é como o nível básico de qualquer instituição de educação superior. Para se tornarem centro universitário ou universidade, devem apresentar um padrão satisfatório de qualidade e cumprirem imensuráveis requisitos (Ministério da Educação - MEC, 2020).

Por fim, diante do exposto, podemos considerar que a promoção de cursos formais coordenada pelos movimentos sociais poderá cumprir um importante propósito da Universidade Popular: pressionar o modelo hegemônico de ciência para a democratização e a ressignificação do conhecimento científico. Todavia, para isso é fundamental que a mística, a arte, a cultura dos povos, as jornadas de luta e a Educação Popular tornem-se mediações fundantes dos conteúdos e das matrizes curriculares formais.

10. PLANO DE AÇÕES

A elaboração do plano de ações apresentado neste documento como parte integrante do Programa de Formação da Universidade Popular envolveu a sistematização dos dados constituídos no 3º Círculo Epistemológico e a análise de verbalizações que surgiram de questionamentos realizados em entrevista às organizações populares que coordenam a ENEP. O 3º CE teve como objetivo o levantamento de propostas coletivas de ação concreta de caráter organizativo e pedagógico para a materialização do Programa de Formação da Universidade Popular.

As propostas de ações concretas produzidas foram sistematizadas e organizadas conforme categorias de elementos político-pedagógicos indicados pelos sujeitos da ENEP para compor o Programa de Formação da Universidade Popular (Quadro 15).

Quadro 15 - Sistematização das propostas de ações concretas para a consolidação da UP.

Categoria: conteúdos - O que queremos aprender na Universidade Popular?	
Aspirações	Propostas de ações concretas
<p>“Saber popular articulado ao científico, do pensar ao fazer. Formação política, práticas e métodos de mobilização social. Olhar para a realidade a partir do método popular. Saúde integral, energia, alimentação saudável, farmácia viva e preservação da natureza. Artesanato, pintura, costura, construção sustentável, processamento de alimentos, agroindústria, associativismo e cooperativismo. Ecologia integral, soberania alimentar, agroecologia, viver e trabalhar em comunidade. Tecnologias populares como fonte de saberes técnicos, políticos e culturais. Saberes dos movimentos populares. Tornar conflitos mecanismos pedagógicos de inúmeras questões que precisamos aprender”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizar militantes, educadoras/es e mestras/es populares dos saberes e fazeres técnicos, políticos e culturais para participarem da Universidade Popular, a fim de promoverem espaços de diálogo de saberes e experiências de formação transdisciplinares através dos métodos populares, com a abordagem de conteúdos presentes na realidade concreta da classe popular trabalhadora: água, alimento saudável, energia, trabalho, autonomia, saúde integral, relação com a natureza, viver em comunidade. - Garantir que militantes representantes de todos os movimentos sociais coordenadores da ENEP participem da organização e da mediação dos cursos, mutirões, místicas, oficinas e vivências, a fim de fortalecer a promoção permanente de processos de interação entre os saberes técnicos, populares e os conhecimentos nascidos nas lutas sociais. Divulgar a Universidade Popular nas marchas e atividades dos movimentos sociais. - Promover a aproximação das comunidades de Viçosa e região através de questões comuns para a população local, como a poluição do córrego ou a melhoria das estradas. Promover rodas de conversa sobre essas questões sociais/comunitárias que encaminhem ações coletivas e levem os sujeitos envolvidos a vivenciarem práticas de mobilização e organização social.
Categoria: métodos - Como queremos aprender e ensinar?	
Aspirações	Propostas de ações concretas
<p>“Métodos da Educação Popular para a criação de leitores de mundo: problematização da realidade, métodos abertos, vivência da</p>	<p>- Mapear nos territórios dos movimentos populares vinculados à ENEP, as mestras e os mestres dos saberes e fazeres das culturas populares, que se dispõem a transformar, pela raiz, o sistema capitalista.</p>

<p>realidade concreta do povo, oralidade, mutirões de trabalho socializado, ação prática, diálogo horizontal, transdisciplinaridade. Elementos da Cultura Popular, bandeiras, tambores, ferramentas de trabalho, sementes, tecnologias sociais, oficinas, brincadeiras, trabalho em equipe, mediação de conflitos, luta social, visão sistêmica da natureza, olhar da ancestralidade, místicas, diálogo com as crianças”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Convidá-las/os para conhecerem e fazerem parte da Universidade Popular, a fim de contribuírem na realização de atividades culturais, espaços de diálogo de saberes e de interação entre conhecimentos tradicionais, culturais e acadêmico-científicos. - Garantir por meio do diálogo horizontal, da humildade e da escuta profunda, que as classes populares do campo e da cidade se sintam confortáveis para compartilhar suas práticas e saberes. - Promover cirandas, brincadeiras e espaços de interação com/para as crianças. - Promover oficinas lúdicas de educação ambiental para escolas municipais de Viçosa.
Categoria: sujeitos - Com quem queremos aprender?	
Aspirações	Propostas de ações concretas
<p>“Com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e com as classes populares: crianças, mulheres, militantes de movimentos sociais, indígenas, quilombolas, nossos ancestrais, intelectuais orgânicos, trabalhadoras/es, mestras/es e educadoras/es populares do campo e da cidade”.</p>	<p>- Mobilizar, por meio do trabalho de base, lideranças das CEB’s, mestras/es e educadoras/es populares das diversas comunidades e movimentos sociais vinculados à ENEP, para o desenvolvimento de vivências culturais, experiências de trabalho prático, celebrações, trocas de saberes e cooperações, na perspectiva de valorização da diversidade cultural, da oralidade, da ancestralidade, da ritualidade e da memória, a fim de promover a formação de agentes de transformação social humanizados e conscientes de sua identidade cultural.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A partir das propostas de ações sistematizadas, verificou-se a compreensão por parte dos diversos sujeitos da ENEP quanto à necessidade de mobilizar mais pessoas para potencializarem o seu trabalho pedagógico e protagonizarem os processos formativos previstos no Programa de Formação da Universidade Popular, que aos poucos vai se consolidando por meio da participação ativa do povo. Dentre os sujeitos a serem mobilizados, podemos destacar as/os mestras/es e educadoras/es populares, militantes dos movimentos sociais, crianças, nossos ancestrais, intelectuais orgânicos e trabalhadores do campo e da cidade.

Verifica-se ainda, por meio da análise das propostas, que deve ser priorizada a mobilização dos sujeitos que já lutam, trabalham e têm a capacidade de mudar as condições de existência do povo, irradiando práticas justas e solidárias. Deve-se priorizar as pessoas que se dispõem a transformar, pela raiz, o sistema capitalista, contribuindo na construção de uma nova ordem social (CEPIS, 2008).

Quantos aos métodos e processos indicados para a prática da mobilização dos sujeitos, verifica-se a promoção de trabalho de base nas comunidades, intercâmbio nas instituições de educação superior, reuniões com o povo para a discussão de problemas das comunidades locais, realização de cirandas e atividades para crianças, promoção de rodas de conversa com mestra/es populares dos saberes culturais e militantes dos movimentos sociais, realização de oficinas e

Além das propostas de ações concretas levantadas a partir dos Círculos Epistemológicos, foram sistematizadas por meio da análise dos dados constituídos nas entrevistas, as propostas de ações organizativas e pedagógicas que as organizações coordenadoras da ENEP indicam para a consolidação do trabalho pedagógico da Universidade Popular, conforme detalhado no Quadro 16.

Quadro 16 - Propostas de ações concretas para a consolidação da Universidade Popular.

PROPOSTAS DE AÇÕES ORGANIZATIVAS
<p>1- Realizar mapeamento dos problemas objetivos da realidade material dos trabalhadores de Viçosa e região, para que sejam discutidos e sistematizados pelo povo na Universidade Popular e virem ações coletivas de transformação social.</p> <p>2- Reforçar a divulgação da ENEP dentro das Universidades Federais. Convidar intelectuais orgânicos e professores universitários da classe trabalhadora para conhecerem a Universidade Popular e participarem de seus processos formativos. Pedir que eles convidem outros professores. Priorizar as/os agentes e educadoras/es transformadoras/es que desejam fazer avançar o pensamento histórico-crítico e emancipatório,</p> <p>3- Convidar formadores/as dos diversos tipos e áreas de conhecimento para conhecerem e participarem da Universidade Popular (realizar um encontro de formadores para apresentação do PPP da ENEP).</p> <p>4- Estabelecer parcerias com instituições de educação superior a fim de oferecer à juventude autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação, com certificados e diplomas válidos em território nacional.</p> <p>5- Distribuir entre as organizações populares e demais sujeitos da ENEP, as tarefas organizativas e as propostas de ações concretas traçadas para a efetivação e o permanente fortalecimento da Universidade Popular.</p> <p>6- Tendo como fundamento o conteúdo programático e os métodos populares sistematizados a partir da pesquisa colaborativa, recomenda-se envolver todos os movimentos sociais/populares no processo de desenvolvimento do programa de formação da Universidade Popular. Amadurecer a ideia de cada uma das organizações populares coordenadoras da ENEP pensar e assumir a realização de um curso dentro do programa.</p> <p>7- Criação de um coletivo para pensar o processo organizativo da Universidade Popular, considerando que a proposta pedagógica já está sendo pensada pelo Grupo de Estudo mediante a realização da pesquisa colaborativa voltada à estruturação do PPP.</p> <p>8- Investigar qual é a formalidade necessária para ofertar cursos de nível técnico e superior autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), refletindo sobre os possíveis riscos que a regulamentação jurídica poderia representar para a autogestão democrática da Universidade Popular.</p> <p>9- Formar a equipe docente da Universidade Popular com educadoras/es e mestra/es populares indicadas/os pelos movimentos sociais do campo e da cidade, que se dispõem a transformar as estruturas injustas da sociedade capitalista através da Educação Popular. Priorizar mulheres e homens que lutam, trabalham e têm a capacidade de melhorar as condições de vida do povo, irradiando práticas, solidárias, justas e exemplares.</p> <p>10- Pensar o que ainda faltaria em termos jurídicos, organizativos, pedagógicos e financeiros para que a ENEP possa ofertar cursos profissionalizantes, como por exemplo, o de horticultura orgânica.</p> <p>11- Pensar parcerias com o município e com o estado para ofertar cursos técnicos e profissionalizantes, avaliar a possibilidade de utilizar a estrutura da escola municipal que há dentro do território da ENEP.</p> <p>12- Realizar convênios com instituições de educação superior para permitir que militantes do campo e da cidade possam ter um diploma de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação.</p> <p>13- Realizar trabalho de base na Colônia Vaz de Melo e nas comunidades localizadas ao redor da ENEP a fim de convidar os sujeitos desses territórios para conhecerem a Universidade Popular e participarem de suas atividades.</p>

- 14-** Mobilizar ações concretas e mutirões de trabalho socializado de acordo com as metas político-pedagógicas e as demandas prioritárias estabelecidas no PPP da Universidade Popular.
- 15-** Estruturação e validação coletiva de propostas de certificados para a Universidade Popular.

PROPOSTAS DE AÇÕES PEDAGÓGICAS

- 1-** Incentivar que as pesquisas promovidas pelos sujeitos da ENEP favoreçam o desenvolvimento das ações concretas estabelecidas coletivamente para a efetivação da Universidade Popular.
- 2-** Promover, no espaço da ENEP, atividades culturais para comunidades do campo e da cidade de Viçosa e região, a fim de aproximá-las da Universidade Popular, mobilizar lideranças comunitárias e possibilitar o intercâmbio cultural e político entre os diversos sujeitos das classes populares.
- 3-** Incentivar experiências de intercâmbio e estágio das EFA's na Universidade Popular: aulas práticas de construção e manejo de tecnologias populares, produção de alimentos saudáveis, desenvolvimento de projetos de pesquisa-ação dos estudantes.
- 4-** Realizar espaços de formação continuada para professores/educadores com o tema: educação popular e metodologias populares.
- 5-** Incentivar o desenvolvimento permanente de pesquisas científicas e projetos autossustentáveis que promovam o fortalecimento político, organizativo, físico e/ou pedagógico da Universidade Popular.
- 6-** Promover espaços de estudo do Projeto Político-Pedagógico da Universidade Popular, com a participação das/os educadoras/es e mestras/es populares, colaboradoras/es e militantes das organizações populares, para que haja entendimento profundo por parte dos sujeitos da ENEP quanto ao horizonte que almejamos alcançar.
- 7-** Priorizar a utilização das metodologias populares em todas as experiências de formação da Universidade Popular, tais como, místicas, problematização da realidade, cirandas, trabalho em equipe e atividades culturais.
- 8-** Avaliar a possibilidade de criação de um núcleo comum de conteúdos para todas as experiências de formação, denominado formação humanista e emancipatória.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A partir da análise do conjunto de propostas de ações concretas organizativas e pedagógicas constituídas nos processos da pesquisa colaborativa, observa-se a real viabilidade de um espaço de formação ser verdadeiramente popular e cumprir sua função social de responder às necessidades de seu tempo a partir das diversas demandas coletivas da população: ser Universidade Popular!

Consideramos que a elaboração colaborativa das propostas de ações apresentadas foi uma oportunidade singular para que os sujeitos da ENEP refletissem sobre o trabalho pedagógico e a realidade concreta da escola. Ao longo do processo, foi possível identificar os desafios (organizativos, políticos e pedagógicos) que a escola reconhece na perspectiva de se consolidar enquanto Universidade Popular, bem como discutir em grupo sobre eles, a fim de planificar soluções viáveis de acordo com as suas condições materiais.

A ENEP compreende que é fundamental continuar dando passos firmes e esperançosos rumo aos seus objetivos. Para tanto, reiteramos que o conjunto de ações concretas sistematizadas a partir da pesquisa como parte integrante do Programa de Formação da Universidade Popular, não deve ser apenas engavetado em algum local da escola, deve ser um

guia que orientará as próximas práticas organizativas e pedagógicas para a consolidação da Universidade Popular.

A partir da análise das ações sistematizadas, percebe-se que é necessário proporcionar meios para garantir o pleno acesso das classes populares aos processos formativos da Universidade Popular - alternativos ao formato de vestibular excludente da universidade formal - e criar efetivas políticas/alternativas de permanência dos sujeitos no espaço ao longo das experiências de formação.

É fundamental que todas as ações pedagógicas desenvolvidas pela ENEP tenham como referência central as matrizes formadoras e os métodos que compõe o Programa de Formação da Universidade Popular, pensado com o protagonismo da classe popular para a promoção do ensino crítico e transformador contextualizado à sua realidade, pautado na produção do conhecimento técnico, político e cultural integrado aos processos de emancipação do nosso povo.

Deve-se desenvolver, ainda, a extensão universitária de caráter popular nos territórios e comunidades de base dos sujeitos vinculados à ENEP, que esteja articulada aos projetos de transformação da vida pensados e vivenciados pelos agentes e movimentos sociais. Isto dará a tônica da potência do trabalho pedagógico da Universidade Popular, que se faz inspirado na promoção da justiça social e comprometido com as causas e as lutas do povo.

Foto 26 - Intercâmbio da Universidade Popular: Troca de Saberes na UFV.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Por fim, entre as aspirações que constituem o Programa de Formação da Universidade Popular estruturado a partir da pesquisa colaborativa, destaca-se como propósito central, o

direcionamento de todas as ações e atividades concretas - de mobilização, organização e qualificação - sistematizadas até aqui, rumo ao rompimento dos muros da ciência afastada das classes populares, para o resgate da memória, da cultura do nosso povo e o fortalecimento do Sujeito Coletivo. Considera-se, a partir do conjunto de informações aqui analisadas, que a universidade do tempo atual não atende aos interesses da maioria da população brasileira, portanto, desejamos que se construa efetivamente uma nova Universidade, uma nova cultura, um novo projeto de ciência e uma nova sociedade.

Compreende-se que a ENEP segue dando passos firmes e esperançosos rumo a consolidação da Universidade Popular. Com base na análise dos elementos político-pedagógicos do Programa de Formação (estruturado coletivamente a partir da pesquisa colaborativa), constatou-se que a escola já se faz Universidade Popular a cada dia na caminhada com o povo rumo à conquista de sua soberania, quando direciona todos os seus esforços de mobilização, organização e qualificação (política, técnica e cultural) para a preparação das classes populares para o exercício do poder, que necessariamente devem conquistar para a transformação das estruturas opressoras da sociedade (CEPIS, 2008).

Verificamos que, na prática, a ENEP já se faz Universidade Popular, quando: a) é capaz de abarcar e envolver as mais diversas áreas do conhecimento humano em suas formações; b) produz conhecimento - com o povo e para o povo - por meio das pesquisas científicas desenvolvidas em seus processos formativos; c) promove a formação profissional vinculada ao comprometimento social dos sujeitos; d) dissemina e partilha esse conhecimento através dos processos de ensino e aprendizagem e da divulgação/publicação do seu trabalho pedagógico; e) dissemina os saberes que produz através de suas experiências de extensão e de intercâmbio no âmbito dos movimentos sociais.

Todavia, vale lembrar que a construção do projeto político-pedagógico é processo dinâmico de ação e reflexão que não se reduz à simples confecção de um documento para fins institucionais. Como processo em movimento, jamais poderá ser acabado, engessado ou concluído. Se faz, se refaz e se concretiza no decorrer da caminhada de sujeitos reais, acompanhando os processos dinâmicos das lutas sociais e as demandas formativas que emergem das condições de vida do povo. Nesse sentido social, a ideia de projeto é de unidade, e considera a construção do sujeito coletivo em suas dimensões de totalidade. Sua construção deve ser uma permanente prática social e coletiva, fruto da reflexão-ação e da consciência de intencionalidades e propósitos (VEIGA, 2002).

Enquanto prática social, o PPP da Universidade Popular busca integrar de forma dinâmica e sistêmica os projetos das suas diversas experiências de formação, de modo que

represente sua própria imagem, sistematize a identidade dos seus sujeitos e delimite sua área de autonomia pedagógica, a fim de representar as expectativas e os anseios das classes populares.

Desejamos que a ENEP continue fazendo-se Universidade Popular a cada dia, no decorrer da caminhada com o povo, recolhendo as suas ideias dispersas e transformando-as em ideias sistematizadas, que uma vez assumidas pelas classes populares, poderão se traduzir em ações transformadoras e revolucionárias.

Para tanto, acreditamos que o caminho mais certo é lançar-se na realidade material do povo e aprender com ele. É problematizar e sistematizar, com o povo, os conteúdos e métodos populares que emanam das suas vivências e ajudá-lo a colocá-los em prática na resolução dos seus problemas, no exercício do poder popular e na construção do Sujeito Coletivo.

“Diante da dura realidade imposta pela sociedade de classes, dividida em opressor e oprimido, há duas opções possíveis: choramingar o tempo todo ou trabalhar, lutar e romper com todo tipo de opressão/exploração. Nós escolhemos lutar” (ENEP, 2022). Lutamos pelo projeto político-pedagógico da Universidade Popular, vinculado à construção da sociedade comprometida com a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- ALVES, A. R. C. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe.** Lua Nova, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.
- ARROYO, M. G. **Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras,** Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2003/vol3/no1/3.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.
- BENZAQUEN, J. F. **A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 917-927, jul./set. 2012.
- BRANDÃO, C. R. **Paulo Freire: a Educação, a Cultura e a Universidade.** Memória de uma história de cinquenta anos atrás. EJA EM DEBATE, Florianópolis, v. 3, n. 4. jul., 2014.
- CEPIS. **Concepção de educação popular do CEPIS.** São Paulo: Maxprint Editora e gráfica, 2008.
- DALMAGRO, S. L. **Movimentos sociais e educação: uma relação fecunda.** Revista Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2016.
- FICAGNA, R. C. **O Projeto Político Pedagógico e sua importância em uma gestão democrática.** Monografia (Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria. Constantina, RS, p. 46, 2009.
- FILHO, N. A.; BENINCÁ, D.; COUTINHO, D. **A Universidade Popular e democratização de saberes: o caso da Universidade Federal do Sul da Bahia.** EccoS, São Paulo, n. 42, p. 39-55. jan./abr. 2017.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, P. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia do Compromisso: América Latina e Educação Popular.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 286 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social.** Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

MACHADO, O. M.; ANDRADE, F. M. C. de; SOUZA, M. J. de; ZANELLI, F. V. **Escola Nacional de Energia Popular: educação popular e suas contribuições na formação de educadores do campo.** KIRI-KERÊ - PESQUISA EM ENSINO, v. 2, n. 4 p. 343-362, nov. 2020.

OLIVEIRA, M. A. A.; GOMES, A. C. **Arte, cultura, religiosidade e identidade: o caminho da mística das EFAs do Sul e a Escola Família Agrícola de Vale do Sol.** Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 144-164, jul./ago. 2021.

PIZETTA, A. M. J. **A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: um processo de formação efetivo e emancipatório.** Libertas, Juiz de Fora - MG, ed. especial, p. 24-47, fev. 2007a.

ROMÃO, J. E.; BENINCÁ, D. **Movimentos sociais e universidade popular: tensões e perspectivas nas relações entre comunidade e academia.** Revista Lusófona de Educação, v. 31, n. 31, p. 99-123, 2015.

SOARES, J. M.; ZICA, O. D. Z.; ALTO, V. C. M. **Projeto arquitetônico participativo na Escola Nacional de Energia Popular - ENEP, em Viçosa-MG.** Revista ELO - Diálogos em Extensão, v. 12, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/15689>. Acesso em: 31 out. 2023.

TUGNY, R. P.; GONÇALVES, G (orgs.). **Universidade popular e encontro de saberes.** Salvador: EDUFBA; Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa-UNB, 2020.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível.** 14 ed. Campinas: Papirus, 2002.

VICTOR, K.; GOMEZ, M. **A universidade popular na perspectiva de Michel Onfray.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 94, n. 238, p. 881-884, set./dez. 2013.